



NOSI C.A.



PDEX
DATA EXCHANGE PLATFORM

igrpweb
Open Source Platform



Relatório de Gestão e Contas

2022





Relatório de Gestão e Contas

2022



ÍNDICE

PARTE I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
1. Mensagem do Conselho de Administração	6
2. NOSi hoje: Modelo Empresarial, Objetivo e Estratégias	10
2.1 Missão e Visão	10
2.2 Estrutura de capital	10
2.3 Modelo de governo e remunerações.....	10
2.4 Modelo organizacional	11
2.5 Organograma Funcional	8
2.6 Objetivo e linhas de orientação estratégica	9
3. Principais Acontecimentos e Resultados do Ano	10
3.1 Acontecimentos em destaque.....	10
3.2 Resultados do Plano de Ação Global Estratégico da NOSi.....	15
3.2.1 Pilar autenticação e identificação digital	15
3.2.2 Pilar interoperabilidade entre sistemas	16
3.2.3 Pilar inovação disruptiva nos processos, produtos e serviços.....	17
4. NOSi em números	18
4.1 Indicadores de desempenho operacional e financeiro	18
4.2 Rácios de gestão.....	19
4.3 Indicadores de serviço ao cliente (NOSiTSM).....	19
4.4 Indicadores do eixo batalhar pelo talento nacional.....	20



4.4.1	NOSiAkademia	20
4.4.2	WebLab	21
5.	Balanço Social Capital Humano.....	21
5.1	Indicadores de síntese – caracterização do universo laboral	22
5.2	Distribuição por vínculo laboral.....	23
5.3	Distribuição por posição do cargo.....	24
5.4	Qualificações profissionais	24
5.5	Distribuição por estrutura Etária.....	25
5.6	Distribuição por Antiguidade	25
5.7	Distribuição por estrutura orgânica	26
5.8	Atividade formativa	27
5.9	Horário de trabalho	30
5.10	Admissões / desvinculações / mobilidade entre os serviços	30
5.11	Qualidade e condições de trabalho.....	31
5.11.1	Higiene Segurança no Trabalho	31
5.11.2	Medicina do Trabalho	31
5.11.3	Estímulo pela prática de exercícios físicos	33
5.12	Valor organizacional e cultural.....	34
5.12.1	Open Talks e NOSiBola.....	34
5.12.2	Pausa Ativa	34
5.12.3	Retiro Profissional	35
5.12.4	Jantar de Natal	37



6. Divulgação de informações complementares.....	40
7. Agradecimentos.....	42
8. Proposta de aplicação de resultados	42
PARTE II - CONTAS 2022 DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
1. Balanço	44
2. Demonstração de resultados por natureza	45
3. Demonstração de fluxo de caixa.....	46
4. Demonstração de alteração de capital próprio.....	47
PARTE III – ANEXO ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.....	48
1. Identificação da Entidade.....	48
Nota 0 – Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras ..	48
Nota 1 – Resumo Das Principais Políticas Contabilísticas Adotadas	49
Nota 2 – Fluxos De Caixa	55
Nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis.....	55
Nota 4 – Ativos Intangíveis	56
Nota 5 – Clientes	57
Nota 6 – Estado E Outros Entes Públicos.....	59
Nota 7 – Diferimentos	60
Nota 8 – Outras Contas A Receber.....	61
Nota 9 – Caixa E Depósitos Bancários	61
Nota 10 – Capital Próprio.....	62
Nota 11 – Financiamentos Obtidos.....	63



Nota 12 – Fornecedores	64
Nota 13 – Outras Contas A Pagar.....	65
Nota 14 – Vendas E Prestações De Serviços	65
Nota 15 – Subsídios Á Exploração.....	69
Nota 16 – Fornecimentos E Serviços Externos	70
Nota 17 – Gastos Com O Pessoal	72
Nota 18 – Outros Rendimentos E Ganhos	72
Nota 19 – Outros Gastos E Perdas.....	73
Nota 20 – Gastos/Reversões De Depreciação E De Amortização	73
Nota 21 – Juros E Perdas Similares Suportados	73
Nota 22 - Garantias	74
Nota 23 - Partes Relacionadas	74
Nota 24 – Responsabilidades E Compromissos Financeiros Não Incluídos No Balanço	74
Nota 25 – Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais	75
Nota 26 - Outras Informações Sobre A Aplicação Do Regime Do Acréscimo	75
Nota 27 – Eventos Subsequentes.....	75
PARTE IV – PARECER ÀS CONTAS.....	77

PARTE I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem do Conselho de Administração

Caros *stakeholders*,

Não obstante o triénio ter sido de enormes desafios, resultantes sobretudo da pandemia, a NOSi concretizou extraordinários resultados, reconhecidos nacional e internacionalmente, com impactos reais na vida das pessoas, das empresas e na competitividade do país.

No início do mandato, o Conselho de Administração definiu três eixos estratégicos e prioritários: Autenticação



e Identificação Digital; Interoperabilidade entre Sistemas; e Inovação Disruptiva nos Processos, Produtos e Serviços. De realçar que a crise pandémica não obrigou a mudar a matriz estratégica antes definida, contudo, para responder ao risco pandémico era preciso incutir urgência na mudança e no processo de inovação, redefinindo prioridades das atividades, tornando prioritárias as atividades de identidade digital, autenticação e segurança.

Conseguiu-se uma taxa de execução global de aproximadamente 68% nos três eixos estratégicos. Estes resultados motivam-nos a ser ainda mais exigentes. Porque é sempre possível melhorar, queremos fazê-lo em todas as frentes: melhores resultados, colaboradores reconhecidos e mais capacitados, clientes satisfeitos, mais impacto positivo em matéria de sustentabilidade e de Governação Digital de excelência em Cabo Verde.

O modelo de negócio que ao longo do triénio esteve em permanente adaptação e simplificação em torno do Programa PEDS-I 2017/2021, continuar-se-á neste processo adaptativo, no mandato 2023-2025 já em curso, em que temos pela frente enormes desafios no âmbito da operacionalização do Plano de Ação da Estratégia para Governação Digital de Cabo Verde (EGDCV 2023/2025), alinhada com o Programa PEDS-II 2022/2026. Mas, estamos confiantes porque a necessidade brutal de adaptação e mudança foi e é a

capacidade motora mais potente da NOSi, tornando notória a agilidade organizacional que muitos julgavam não existir na empresa, antes das crises vividas entre 2020 e 2022.

Ao longo do ano 2022, apesar das pressões inflacionistas, a NOSi continuou a realizar investimentos significativos (incluindo mCVE 4 204 em formação), para apoiar e melhorar as atividades dos seus colaboradores, mantendo simultaneamente uma disciplina de custo transversal. A empresa melhorou significativamente a sua rentabilidade dos capitais próprios (ROE) em 2022, apresentando um crescimento expressivo do resultado líquido face ao ano anterior, recuperando de prejuízos de mCVE 193 100 a lucros de mCVE 35 350, facto que reflete o forte crescimento da sua atividade e confirma a sustentabilidade e viabilidade do modelo de negócio com respaldo em Plano de Ação Global Estratégico (PAGE 2019/2022).

A viabilidade do nosso modelo de negócio é confirmada pela melhoria contínua e sustentável na agilidade e eficácia operacional da empresa. Os indicadores de prazo médio de recebimentos (PMR) e prazo médio de pagamentos (PMP), mantiveram-se a mesma tendência de redução do exercício anterior, e que se fundam nas reformas e eficácia dos ajustamentos na estrutura interna de gestão. O PMR sofreu uma redução de 23,7% e o PMP reduziu em 26,8%, ambos, face ao ano anterior. Os resultados destes indicadores demonstram a melhoria da eficiência operacional, cujo exemplo paradigmático é o novo modelo de relação estabelecido com fornecedores de serviços correntes, mas também com os nossos clientes, sobretudo, clientes / parceiros da administração local.

Neste contexto, a inauguração de um novo paradigma nas relações entre NOSi e as Câmaras Municipais do país iniciado no exercício anterior, assente em acordos de prestação de serviços e-Gov local, trouxe um ímpeto profícuo de colaboração e confiança, clarificando os termos de parceria que vigoravam desde 2016, e criando condições para acelerar o processo de transição digital nos municípios e recuperação de dívidas acumuladas. À semelhança do que sucedeu com a Câmara Municipal de São Miguel em novembro de 2021, foi possível durante o exercício de 2022, a negociação e assinatura de contratos de prestação de serviços com as restantes 21 câmaras municipais do país.

O volume de negócios teve um notável crescimento de mCVE 208 640 (+45,2%) face a 2021, e superando o volume de negócios do exercício de 2019, período antes da pandemia covid-19. De realçar que este resultado foi impulsionado por um assinalável contributo das operações de consultoria e desenvolvimento de soluções e-Gov no mercado internacional (PALOP), que permitiram gerar receitas e reforçar o capital.

Houve um reforço dos índices de capital no final de ano, com a situação patrimonial líquida da empresa em 2022 a aumentar (+14,9%), passando para mCVE 272 343. O grau de autonomia financeira aumentou para (24%), e a solvabilidade também aumentou para o valor de 0.32. Já a liquidez geral da empresa foi de 1.04, o que representa uma redução de (-6,8%) face ao exercício anterior.

No âmbito do Plano de Reestruturação da NOSi, iniciamos no 4º trimestre de 2022 a execução de um dos principais projetos da estratégia de reposicionamento da NOSi, que passa pela alienação dos ativos do legado e *non-core*. Projeto “*Assessment of the value of the assets and liabilities of the physical component of the RTPE as a WAN infrastructure for NOSi*”, financiado pelo Governo através do pacote Digital Cabo Verde, apoiado pelo Banco Mundial, com execução prevista para 24 semanas, iniciou em novembro de 2022, cujo objetivo é orientar o melhor modelo de gestão da componente física da rede de longa distância (WAN, sigla em inglês), passando a WAN da Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE) a funcionar apenas enquanto rede lógica global do Estado que garanta a interoperabilidade semântica e técnica nas interligações dentro da RTPE e entre este e o exterior, a autenticação segura e eficiente e uma gestão confiável dos riscos cibernéticos. Prevemos ter durante o primeiro semestre de 2023, em linha com a orientação estratégica do Acionista Estado, o Modelo Operacional Alvo – i.e. *Target Operating Model* (TOM) e a decisão quanto ao modelo de alienação.

Ainda durante o 4º trimestre de 2022, em parceria com a Unidade de Gestão de Projetos Especiais, foi possível retomar os trabalhos do processo de *procurement* para contratação de uma consultoria especializada para o segundo grande projeto no âmbito da reestruturação da NOSi, também financiado pelo Governo através do pacote Digital Cabo Verde, apoiado pelo Banco Mundial, e que visa implementar um novo sistema / modelo de gestão de talentos da NOSi. Prevemos iniciar a implementação deste projeto durante primeiro semestre de 2023, o qual deverá coincidir com uma outra atividade também estratégica neste âmbito, que é a elaboração do Plano de Negócio 2023/2026, alinhado com as metas do PEDS-II. O projeto novo sistema / modelo de gestão de talentos da NOSi, terá entre outros, três grandes objetivos: i) avaliar requisitos e conceber um modelo inovador de gestão por competências, tendo por base a medição do valor das diversas funções nos resultados da NOSi, aplicando metodologias adequadas; ii) definir e garantir um portfólio de competências-chave da NOSi, adaptáveis a qualquer estrutura orgânica que venha suportar a estratégia de negócio da NOSi, de forma a garantir que todos os colaboradores estejam preparados para assegurar a atividade em qualquer paradigma organizacional da NOSi e; iii) implementar um Sistema de Gestão de Capital Humano que garanta a certificação junto das melhores normas e standards



internacionais, que formalize a transparência e adequabilidade das políticas internas ao nível da avaliação de desempenho, gestão da formação, avaliação da satisfação interna, sistemas de compensações, entre outros.

Acreditamos no futuro brilhante da NOSi, para o qual olhamos com muita confiança. O plano de reestruturação e reposicionamento da empresa no novo ecossistema digital nacional está a ser cumprido com sucesso, graças a determinação, foco e trabalho árduo dos colaboradores e compromisso dos parceiros.

Em nome do Conselho de Administração, gostaria de agradecer a todos os nossos *stakeholders* pelo seu apoio, confiança e lealdade para com a NOSi.

Finalmente, em nome do Conselho de Administração e em meu próprio nome, agradeço aos Colaboradores e ao Acionista Estado pelo apoio e confiança em nós depositada para servir esta importante instituição do país.

CARLOS ALBERTO TAVARES PINA

(Presidente e CEO)

2. NOSi hoje: Modelo Empresarial, Objetivo e Estratégias

2.1. Missão e Visão

Missão

NOSi, EPE tem por missão, liderar a transformação tecnológica no setor público cabo-verdiano para melhorar a vida dos cidadãos e promover colaborações inovadoras entre as empresas.

Visão

NOSi, EPE propõe ser um agente determinante da era do *Fast IT* em Cabo Verde, aproveitando as melhores soluções tecnológicas e colocá-las em prol de um serviço público mais responsivo e inclusivo.

2.2 Estrutura de capital

O Capital social da NOSi, de mCVE 50 000, integralmente detido pelo estado de Cabo Verde, é representado por 50 000 ações de valor nominal de mCVE 1 cada.

2.3 Modelo de governo e remunerações

O modelo de Governo da NOSi baseia-se na orientação estatutária constante no Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro que cria a NOSI, E.P.E., composto pelos seguintes Órgãos Sociais:

Conselho de Administração

Presidente

Carlos Alberto Tavares De Pina

Administradores Executivos

Mayra Suely Santos Silva

Lumumba Fernandes Barbosa

Fiscalização

Fiscal Único – Efetivo

Liver Canuto – Auditor Certificado

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Leonilde Tatiana Santos

2.4 Modelo organizacional

A NOSi estrutura-se em Direções Funcionais e Áreas de Projetos num modelo de gestão matricial sob três pelouros. As estruturas orgânicas são flexíveis e orientadas a projetos e dotadas de um conjunto de competências e atribuições.

As funções e atribuições na estrutura organizacional, são:

- *Diretor / Project Management Officer*
- *Product Manager* (função de Assessoria Técnica ao CA)
- *Project Manager*
- *Chefe Divisão / Team Leader*
- *Team Member*

O Pelouro Arquitetura e Interoperabilidade subdivide-se em duas áreas estratégicas:

- *Desenvolvimento de Soluções*
- *Plataformas e Sistemas*

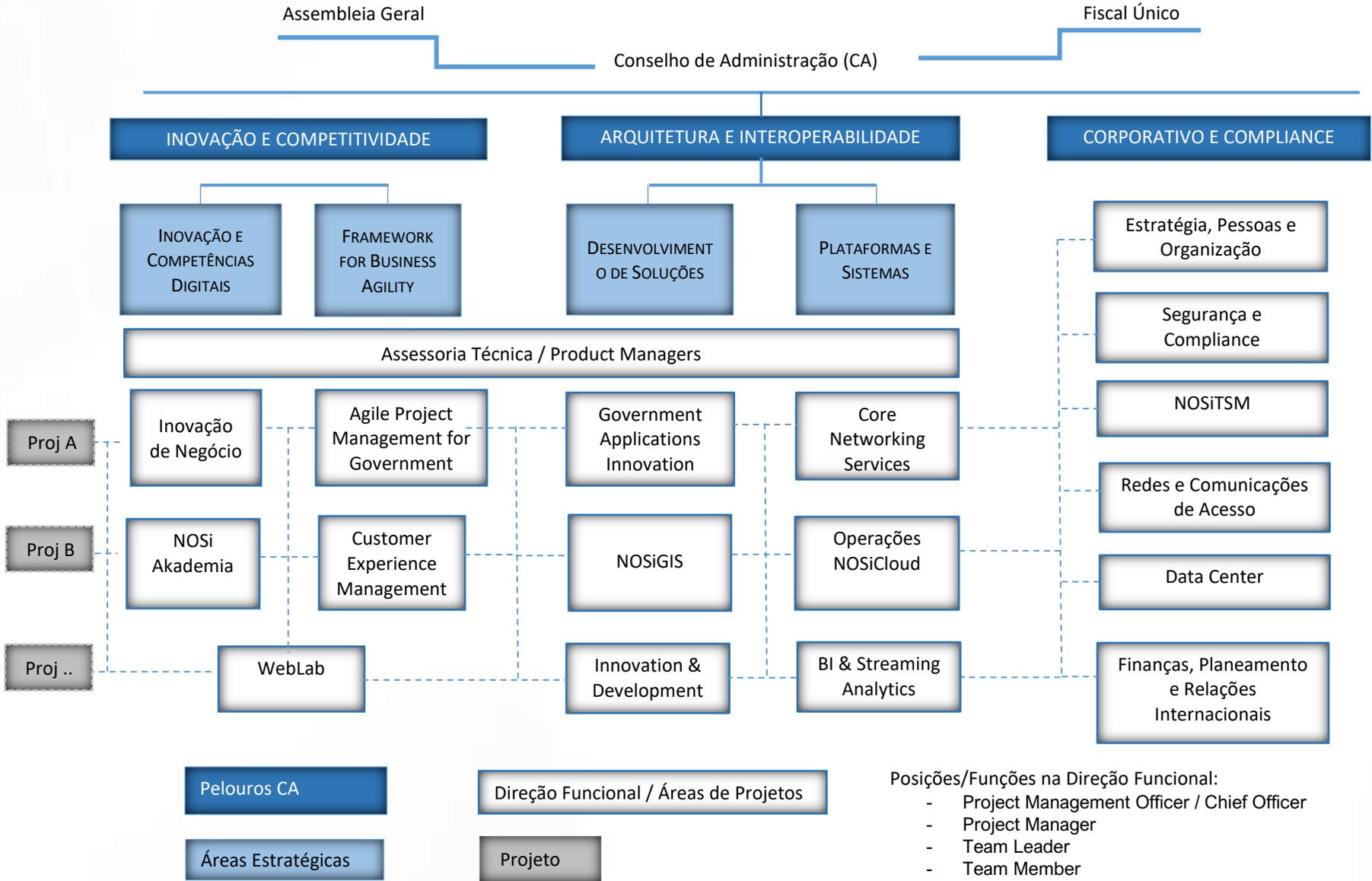
O Pelouro Inovação e Competitividade subdivide-se em duas áreas estratégicas:

- *Inovação e Competências Digitais*
- *Framework for Business Agility*

Na dependência direta do Conselho de Administração fica a Direção de Estratégia, Pessoas e Organização (EPO) e todas as Áreas de Projetos que não estejam integradas em Direções Funcionais



2.5 Organograma Funcional



2.6 Objetivo e linhas de orientação estratégica

Em linha com as metas preconizadas no Programa do Governo, o reposicionamento estratégico da empresa no novo ecossistema digital do país dependerá da consolidação do e-Gov, através de três eixos estratégicos que se subdividem em seis temas de intervenção, orientados aos três pilares que materializam a nova arquitetura que suporta a governação digital do país.



3. Principais Acontecimentos e Resultados do Ano

3.1. Acontecimentos em destaque

Segunda-feira, **28 de março**, NOSi recebeu visita do S.E. o Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Jorge Bom Jesus, e comitiva, que se encontrava de visita oficial a Cabo Verde.



O ato publico de lançamento da NOSI-CA (*Certification Authority*) - <https://pki.nosi.cv/>, aconteceu na quarta-feira, **30 março**. Foi presidido por sua Excia. o Vice-Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e Ministro da Economia Digital, Dr. Olavo Correia. Contou ainda com presenças da Ministra da Justiça, do Secretário de Estado da Economia, de representantes de entidades Públicas e Privadas, do Conselho de Administração da NOSi e equipa de

implementação do projeto.

O Presidente do Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO – (BIDC), Dr. George Agyekum Donkor, e equipa, estiveram no dia **11 de maio**, acompanhado pelo Vice-Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e Ministro da Economia Digital de Cabo Verde, Dr. Olavo Correia, na qualidade também de recém-eleito Presidente do Conselho de Governadores do BIDC, a visitar a NOSi.





NOSi e Ministério da Justiça assinam acordo de prestação de serviço para Reestruturação, Adequação e Agilização da Operacionalização do Sistema de Informação de Justiça (SIJ) no dia **13 de maio**. O acordo foi rubricado pela Ministra da Justiça, Dra. Joana Rosa, e pelo Presidente do Conselho de Administração, Eng. Carlos Tavares Pina. Testemunharam ao ato, Procurador-Geral da República, Presidente do Conselho Superior de Magistratura Judicial, Diretor da Polícia Judiciária, Presidente da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, equipa da NOSi e diversos dirigentes do Ministério da Justiça.

NOSi recebeu no dia **16 de maio**, a visita de S.E. o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Ulisses Correia e Silva, e da S.E. a Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Dra. Edna Oliveira, e comitiva. Puderam inteirar-se de importantes projetos para acelerar a transição digital do país, como a Chave Móvel Digital, Plataforma de uniformização da empresa Online, e ainda do estado de implementação do Parque Tecnológico de Cabo Verde.



NOSi entrega a plataforma e-residência em **junho de 2022**. Plataforma tecnológica serviu o processo Regularização Extraordinária de cidadãos originários de países da CEDEAO, CPLP e demais nacionalidades em situação irregular no país; serve também para solicitar o *Green Card*, Autorização de Residência Permanente no País, para quem pretende viver e investir no nosso país.

A convite do Governo da República de Angola, o Presidente do Conselho de Administração da NOSi, Eng. Carlos Tavares Pina, esteve a participar no fórum sobre a Transição Digital da Administração Pública - “GOVERNO.AO”, que teve lugar de **23 a 24 de junho**. Esteve a participar como orador em dois painéis: “Estratégia para a Nova Administração Pública na Era Digital”, no dia 23, e “Administração Pública VS Cidadão e Empresas: Roteiro para a Transformação Digital e Melhoria da Prestação dos Serviços Públicos”, no dia 24.



NOSi e o Tribunal de Contas da República de Angola (TCA) celebraram no dia **24 de junho**, em Luanda, um acordo de parceria estratégica para conceção de um Sistema Integrado de Gestão e digitalização do Tribunal de Contas (SIGTC). O contrato foi rubricado pela Diretora dos Serviços Administrativos do TCA, Dra. Edna Chaves Rodrigues, e pelo Presidente do Conselho de Administração da NOSi, Eng.º Carlos Tavares Pina, na presença da Veneranda Juíza Conselheira Presidente do Tribunal de Contas, Dra. Exalgina Gambôa, da Veneranda Juíza Conselheira Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Dra. Domingas Alexandre Garcia, e equipa das duas entidades.

Quinta-feira, **08 de setembro**, NOSi recebeu visita do Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Dr. Akinwumi Adesina, acompanhado de sua comitiva. Foi recebido pelo Vice-Primeiro Ministro, Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e Ministro da Economia Digital, Dr. Olavo Correia, pelo Secretário de Estado da Economia Digital, Dr. Pedro Lopes, pela Secretária de Estado do Fomento Empresarial, Dra. Adalgisa Vaz e pelo Presidente



do Conselho de Administração da NOSi, Eng. Carlos Tavares Pina, e equipa.



No âmbito do reforço da sua missão e desígnio estratégico de transformação tecnológica do sector público cabo-verdiano, para melhorar a vida dos cidadãos e promover colaborações inovadoras entre as empresas, a NOSi inaugurou no dia **22 de setembro**, seu Centro de Inovação em Mindelo (*NOSiC – NOSi's Innovation Center*).

Ainda no mesmo dia, a NOSi organizou em São Vicente, o *workshop sobre o igrpweb open source*. Dezenas de empresas, *startups* e jovens da área do digital, puderam inteirar-se sobre esta plataforma, na sua componente conceptual, técnica e prática. Pretendeu-se construir uma forte e ampla massa crítica em torno do *igrpweb open source*.

A NOSi recebeu na manhã quarta-feira, **05 de outubro**, visita de sua Excia. Sr. Vice-Primeiro Ministro, Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e Ministro da Economia Digital, Dr. Olavo Correia, e representantes de diversas entidades que faz parte do ecossistema digital cabo-verdiano. Foi uma oportunidade de inteirar da nova dinâmica da NOSiAkademia, que passou a contar com parceiros nacionais e internacionais de excelência.



Uma equipa multidisciplinar da NOSi esteve a participar da 20ª edição do *open source lisbon 2022*, um dos maiores eventos de código aberto do mundo, realizado no dia **12 de outubro**, para sessões de apresentação e partilha. A equipa realizou ainda encontros e momentos de imersão com a *Syone*, empresa

multinacional portuguesa com larga experiência no desenvolvimento de soluções *Open Source*.

Melhorar a segurança, a performance e a qualidade dos serviços na Rede Tecnológica e Privativa do Estado – RTPE e promover uma cultura de prevenção esteve na base na realização do *workshop* “Utilização correta dos recursos da RTPE”, no dia **27 de outubro**, na cidade da Praia. A



sessão contou com presenças de responsáveis de diversas Direções da NOSi e cerca de 60 técnicos informáticos e responsáveis da área IT, representantes de diversas instituições públicas sediadas na cidade da Praia.



No dia **16 de novembro**, o contrato de Prestação de serviços com a Câmara Municipal da Praia, marcou o fecho das parcerias estratégicas da NOSi com os 22 municípios do país. Parceria essa que visa acelerar o processo de transformação digital, para que os serviços públicos municipais sejam prestados com mais qualidade, transparência, rapidez e, sobretudo, online.

A NOSi, enquanto *player* com responsabilidade acrescida neste processo de Operacionalização da estratégia “Cabo Verde plataforma tecnológica e da inovação”, realizou no dia **26 de novembro**, na ilha do Maio, a 3ª edição do seu Retiro de trabalho anual, sob o lema: “NOSi a partir de *Djarmai*, com o objetivo de avaliar o triénio 2019-2022 e



Perspetivas 2023-2026”. Promovido pelo CA da NOSi e a sessão de abertura contou com as presenças do Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Economia Digital, Dr. Olavo Correia, e do Presidente da Câmara Municipal do Maio, Dr. Miguel Rosa.



Lançamento do portal “São Miguel On” - <https://cmsm.cv/> - na quarta-feira, **28 de dezembro**. Solução desenvolvida e implementada no âmbito do projeto SIMple, fruto da parceria entre a NOSi, Câmara Municipal de São Miguel, e entidades privadas, tratou-se de um portal moderno, robusto, confiável e

orientado a serviços, para que o digital passe a estar mais presente e com impacto na melhoria de vida dos munícipes de São Miguel.

3.2. Resultados do Plano de Ação Global Estratégico da NOSi

Os três pilares de atuação definidos no Plano de Ação Global Estratégico da NOSi para o triénio 2019-2022, continuaram a nortear as atividades em 2022. **A seguir os principais resultados, por pilar de atuação, sendo que muitos dos quais correspondem a consolidação das atividades de exercícios anteriores do triénio.**

1.1.1 Pilar autenticação e identificação digital

- **NOSiCA - entidade certificadora**, PKI (*Public Key Infrastructure*) da NOSi e a sua certificação junto da Entidade de Certificação Eletrónica Raiz do Estado (ECR-CV), em que NOSi passou a emitir, distribuir, renovar e revogar certificados digitais de segundo nível na hierarquia da ECR-CV e a prestar serviços de assinatura eletrónica às pessoas físicas e coletivas.

- **Chave Móvel Digital de Cabo Verde (CMDCV)**, plataforma que garante Autenticação Única e Assinatura Digital, através de um *Smartphone*, utilizando as funções digitais do Cartão Nacional de Identificação (CNI) ou Título de Residência do Estrangeiro (TRE).
- **AUTENTIKA**, plataforma de gestão de Identidade Eletrónica, Autenticação e Assinatura Digital do Estado de Cabo Verde que garante e facilita a identificação digital segura e confiável entre os cidadãos e os provedores de serviços online (públicos e privados).
- **Identity and Access Management (IAM)** híbridos (*Cloud* e *On-premise*), eficientes, transparentes e de segurança evoluída, alinhada com o standard ISO-27001.
- **Arquitetura Firewalls na RTPE** de segurança evoluída e dedicada à deteção de intrusões e monitorização de ameaças em tempo real na RTPE e nas suas várias interconexões com o exterior.
- **Endpoint Security na RTPE** otimização do seu sistema central de agentes *Endpoint Detection and Response*.

1.1.2 Pilar interoperabilidade entre sistemas

- **Framework iGRPWeb** (*Integrated Government Resource Planning*) disponibilizado num modelo de negócio *open source* e gratuito. Várias estruturas *IT* públicas e privadas (*startups*) já estão a utilizar. Continua aposta na promoção e divulgação, para criação de uma grande comunidade *iGRP*, nacional e internacional.
- **Plataforma PDEX** (*Platform for Data Exchange*) com soluções nos domínios de *API Management*, *Enterprise Integrator* e *Identity Service Management*.
- **Nha Card**, carteira virtual de saúde (*Health Wallet*) desenvolvido no quadro do desenvolvimento do certificado digital de Cabo Verde no combate a pandemia e retoma social e económica e em linha com a nova plataforma *Cloud* Governamental baseada na tecnologia *Blockchain*, esteve em permanente adaptação e melhoria para dar resposta as transformações e necessidades de mobilidade e controlo da pandemia covid-19.

- **Data Center (Disaster Recovery)** em São Vicente, implementação da componente *facilities* do projeto.

1.1.3 Pilar inovação disruptiva nos processos, produtos e serviços

- Em 2022 as atividades da **NOSiAkademia** tiveram um forte impulso. Para além do eixo core Estágio Profissional e valência Certificação em parceria com a Direção Geral do Emprego, reforçados com a valência Pré-incubadora *TICSeed*, iniciada em 2020, para estimular e apoiar *alumni* da NOSiAkademia que estejam na situação de desemprego, para empreendedorismo TIC, a NOSiAkademia intensificou o seu contributo para a melhoria do sistema de apoios à inovação e promoção de talentos cabo-verdianos, facilitando e promovendo a atração de empresas e tecnologias de referência mundial, através de parcerias fortes e de futuro como as estabelecidas em 2022 com a PwC e Visionware.
- **WebLab** continua a ser imprescindível na inclusão e literacia digital e na criação e promoção de competências digitais do futuro, através de 44 laboratórios equipados, distribuídos em todas as ilhas e nos 22 concelhos do país. Apesar dos necessários ajustamentos no modelo de governança e gestão que se impõe, em 2022, mantiveram-se as ações de estímulo à inovação educativa através do Programa WebLab com enfoque particular na literacia digital através da educação não formal TIC para jovens que estão fora do sistema de ensino. Ao nível da promoção e disseminação social do Programa WebLab, a equipa participou em várias atividades públicas.
- Iniciamos em 2022 análise e elaboração de um programa holístico de **Innovation Lab** para reforçar sinergias entre a Direção de *Innovation & Development*, NOSiAkademia, WebLab e demais estruturas ou iniciativas da NOSi e levar a automação inteligente a todos os sectores e as funções do Estado, e à sociedade em geral.
- O processo de melhoria contínua da eficiência operativa para consolidação do modelo de gestão matricial orientado a projetos e implementação da estrutura de contabilidade analítica por centros de custos, continuou durante o exercício. Plataforma ERP e de gestão de projetos – **Sistema Integrado de Gestão Orientada a Projetos (SIGOP)** – com ferramentas flexíveis e *open source*, por forma a monitorizar, avaliar e determinar *on time* o custo de cada projeto, ficou operacional em 2022.

4. NOSi em números

4.1. Indicadores de desempenho operacional e financeiro

	Var (%)	2022	2021
PROVEITOS E GANHOS	47,9%	1 046 674	707 724
Volume de Negócios	45,2%	669 764	461 124
<i>Housing</i>	1,1%	16 079	15 906
<i>IaaS</i>	12,7%	58 157	51 590
<i>PaaS</i>	2,0%	5 988	5 873
<i>SaaS</i>	-1,4%	12 843	13 030
<i>Bundled</i>	11,6%	36 759	32 947
<i>Consultorias</i>	9,7%	14 190	12 932
<i>Desenvolvimento Software</i>	411,9%	190 900	37 292
<i>Manutenção de Aplicação</i>	-49,4%	105	208
<i>Manutenção de Licenças</i>	0,0%		
<i>Aluguer de Equipamentos</i>	170,1%	3 374	1 249
<i>Serviços Protocolados c/Estado</i>	17,2%	305 779	260 964
<i>Lançamento de fibra ótica</i>	0,0%		
<i>Conetividade RTPE</i>	7,2%	12 367	11 540
<i>Outros</i>	-24,8%	13 222	17 593
Subsídios à Exploração	54,2%	356 222	231 086
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	33,4%	20 689	15 514
CUSTOS E PERDAS	11,8%	1 006 848	900 527
Fornecimentos e Serviços Externos	20,6%	600 870	498 125
<i>Rendas e Alugueres</i>	36,3%	163 051	119 586
<i>Eletricidade</i>	37,6%	45 828	33 303
<i>Comunicação</i>	13,1%	128 379	113 521
<i>Royalties</i>	27,2%	169 423	133 201
<i>Serviço Especializado</i>	-63,4%	20 014	54 691
<i>Conservação e Reparação</i>	-65,3%	2 531	7 288
<i>Outros</i>	96,1%	71 644	36 534
Gastos com Pessoal	-2,0%	326 871	333 520
Gastos c/Depreciação e Amortização	14,1%	25 490	22 335
Juros e Encargos Suportados	-0,3%	13 768	13 815
Outros Gastos e Perdas	21,7%	39 849	32 732
CASH-FLOW OPERACIONAL – EBITDA	150,5%	79 084	(156 652)

4.2. Rácios de gestão

	Var (%)	2022	2021
<i>Clientes Geral</i>	10,1%	508 659	461 971
<i>Clientes Internacionais</i>	15,8%	81 065	69 986
<i>PMR</i>	-23,7%	279	366
<i>Fornecedores</i>	-11,7%	440 074	498 665
<i>PMP</i>	-26,8%	232	318

4.3. Indicadores de serviço ao cliente (NOSiTSM)

Gestão de Processo Mudança

Nº total de sectores do Estado abrangidos	42
Nº total de ações executadas	43
Nº total de pessoas abrangidas	287

Gestão de Operações IT

<i>Average time resolution (day)</i>	3
<i>Resolution in same day</i>	278
<i>Bugs/incidents "Resolvido"</i>	925
<i>Bugs/incidents "Por resolver"</i>	157
<i>Total bugs/incidents</i>	1082

Gestão de Service Desk

<i>Average time resolution (day)</i>	<i>0,74</i>
<i>Resolution in same day</i>	<i>3367</i>
<i>Tickets "Resolvido"</i>	<i>3770</i>
<i>Tickets "Por resolver"</i>	<i>14</i>
<i>Total de Tickets</i>	<i>3784</i>

4.4. Indicadores do eixo batalhar pelo talento nacional

1.1.4 NOSiAkademia

Ações	Resultados			
	Var (%)	2022	2021	2020
Estagiários Programa NOSiAkademia	19%	69	58	66
Estagiários Programa de Estágios Profissionais - PEPIT	17%	56	48	63
Estagiários da NOSiAkademia com estágio concluído	-7%	63	68	102
Estagiários Programas de Certificação da Microsoft	–	0	0	46
Estagiários Parceria com a Primavera Academy	–	0	2	4
Estagiários Programas de certificação da Huawei	260%	36	10	–
Estagiários da NOSiAkademia no mercado de trabalho	-31%	27	39	56
Estagiários contratados pela NOSi	17%	7	6	12
Empresas beneficiadas pela iniciativa JumpStart	-60%	2	5	8
Estagiários JumpStart com estágio concluído	0%	23	23	40
Estagiários contratados no âmbito JumpStart	220%	16	5	9

<i>Alumni NOSiAkademia Pré-incubadora TICSeed</i>	–	0	10	10
Projetos Programa Bolsa Cabo Verde Digital apoiados	-17%	5	6	10
Promotores Programa Bolsa Cabo Verde Digital	-17%	10	12	15

1.1.5 WebLab

Ações WebLab	Resultados			
	Var (%)	2022	2021	2020
Crianças/Jovens no sistema de ensino beneficiados pelo Programa	138%	9 377	3 932	3 793
Jovens fora do sistema de ensino beneficiados pelo Programa	125%	306	136	100
Ações lúdicas e pedagógicas para tempos livres nas férias – <i>Hitech Summer</i>	122%	1 170	528	235
Crianças e jovens participantes no <i>Africa Code Challenge</i>	-83%	47	270	645

5. Balanço Social | Capital Humano

O desafio permanente da equipa de Gestão de Capital Humano é acompanhar as necessidades e as tendências baseadas em boas praticas de gestão de pessoas, para em estreita articulação com as demais estruturas internas da NOSi, atrair e reter talentos,

alinhando a cultura com os objetivos organizacionais, centrando as suas atividades nas pessoas, processos e satisfação profissional dos colaboradores.

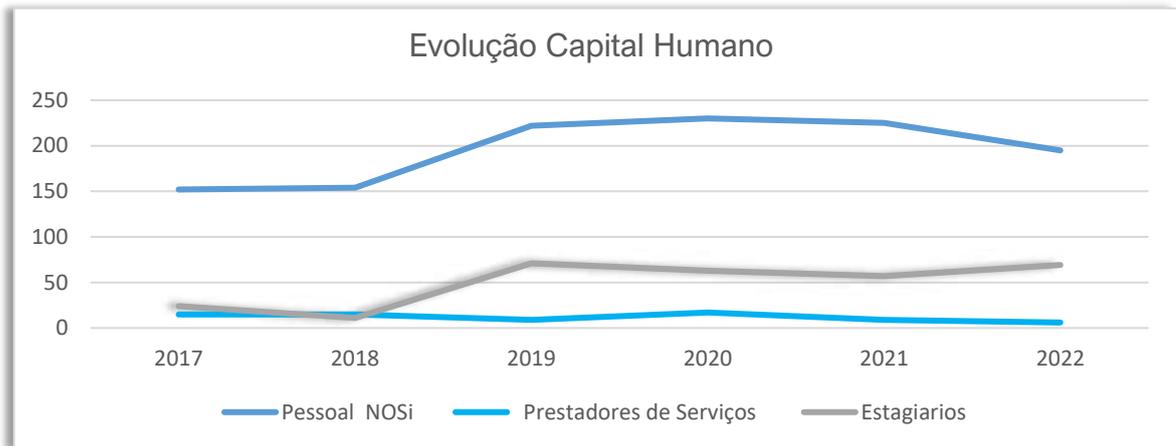
Neste contexto, o *Balanço Social*, constitui um instrumento de planeamento e gestão do Capital Humano inserido no ciclo anual de gestão, contendo as informações tais como indicadores de gestão de pessoas, variações que ocorreram a nível dos Recursos Humanos na empresa no período de janeiro a dezembro do ano 2022, permitindo a empresa uma melhor avaliação e planeamento, para definir quais ações a tomar com intuito de promover a melhoria continua dos serviços.

5.1. Indicadores de síntese – caracterização do universo laboral

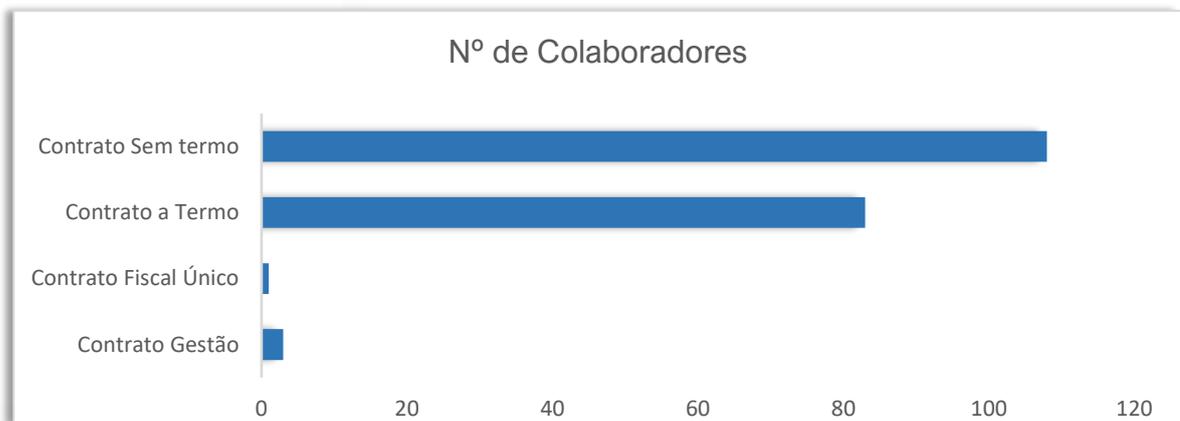
	2022	2021	2020
Nível médio etário	36	35	33
Taxa de feminização	43%	36%	35%
Taxa de Masculinização	57%	64%	65%
Taxa de habilitação superior	72%	67%	68%
Índice de rotatividade anual (turnover)	32%	6%	5%
Nível médio de Antiguidade	7	6	5
Leque salarial líquido (não inclui remuneração de dirigente)	7	7	7
Taxa de participação em formação	32%	35%	61%

De realçar que a taxa de feminização cresceu significativamente (+19%), face ao ano de 2021.

Em 2022 houve uma redução de (-14%) do total dos colaboradores, face ao exercício anterior, fruto do processo de reestruturação da NOSi em curso e os necessários ajustamentos no modelo de governança do Programa WebLab. Em 31 de dezembro de 2022 registou-se um total de 195 colaboradores em efetividade de funções, sendo 57% do total são homens e 43% são mulheres. Ainda à data, registava 6 prestadores de serviço e 69 estagiários.



5.2. Distribuição por vínculo laboral

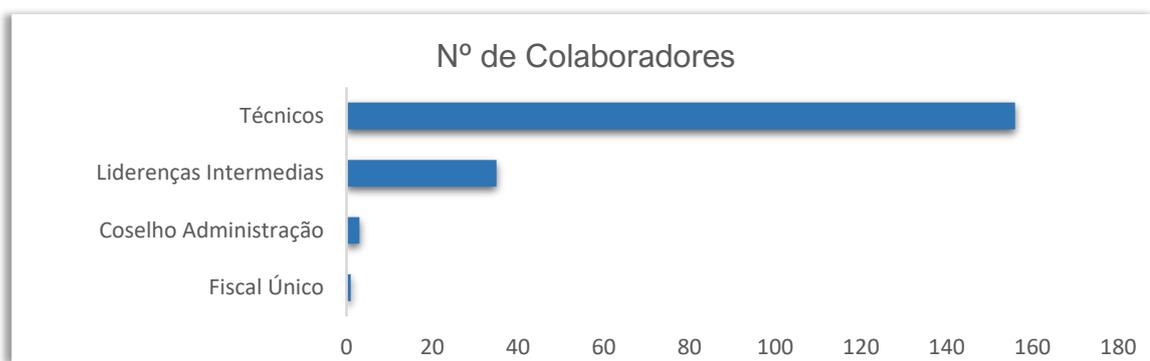


Em termos de distribuição por vínculo, regista-se 3 contratos de Gestão em regime de comissão de serviço, 1 contrato órgão social - Fiscal Único, 188 colaboradores vinculados com contratos, sendo 108 colaboradores com contratos sem termo, 80 com contratos a termo. Regista-se um aumento significativo de contratos sem termo, visto que 39 dos contratos a termo efetivados em 2017 transitaram para contratos sem termo em 2022.

Através da NOSiAkademia e em parceria com a Direção Geral do Emprego, a implementação dos programas de políticas de estágios profissionais, permite que a NOSi priorize o recrutamento através de absorção de estagiários, com impacto positivo na renovação do seu quadro de pessoal e na produtividade organizacional.

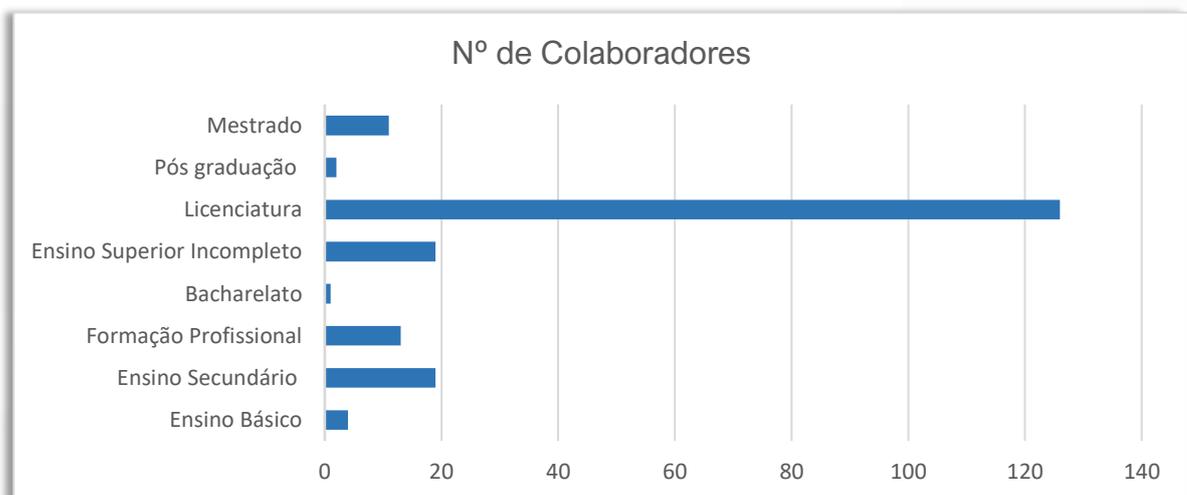
5.3. Distribuição por posição do cargo

Do total dos 195 colaboradores em efetividade de funções na NOSi, 156 (80%) integram o corpo técnico da empresa, 35 (18%) são técnicos em funções de lideranças intermédias e 4 (2%) são dos órgãos sociais.



5.4. Qualificações profissionais

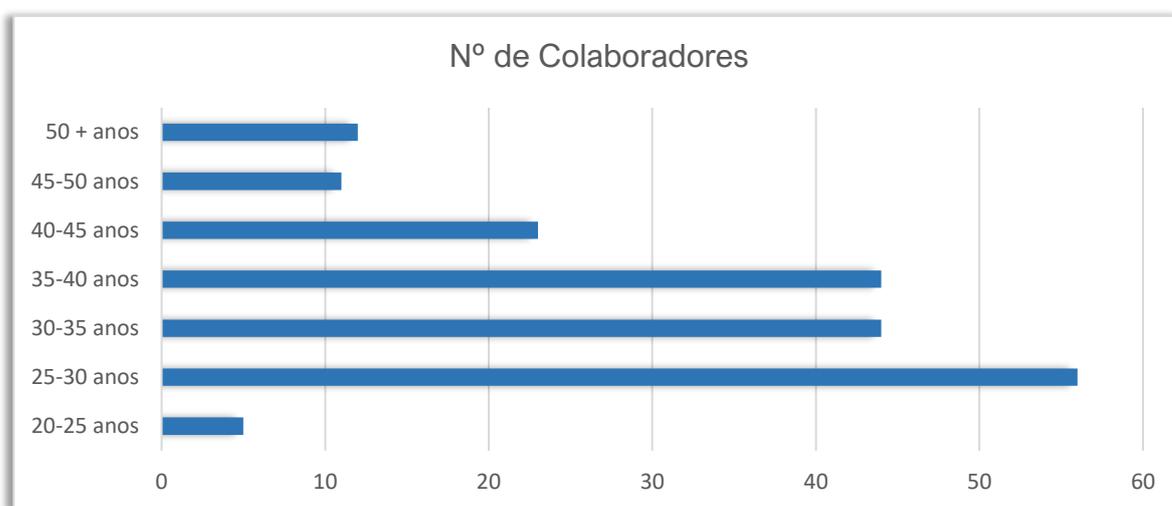
Cerca de 71% do total dos colaboradores detêm habilitação académica superior - mestrado, licenciatura, bacharelato, (+4%), face ao ano de 2021. O grupo habilitacional com licenciatura continua, em 2022, a ser o mais representativo, um total de 126 colaboradores a 31 de dezembro.



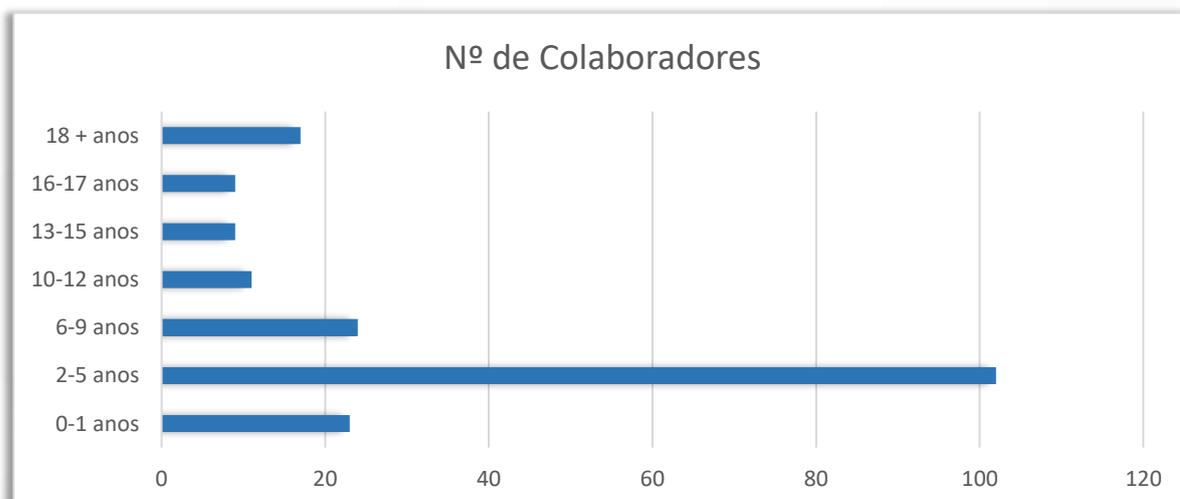
Em termos globais, 10% de colaboradores têm o ensino superior por concluir, faltando o trabalho final / monografia, 10% dos efetivos têm habilitação ensino secundário, 7% detêm o ensino profissional.

5.5. Distribuição por estrutura Etária

A estrutura etária caracteriza-se por uma significativa concentração de colaboradores no intervalo dos 25-30 anos, com 56 trabalhadores, correspondente a 29% do total, seguido dos escalões 30-35 anos e 35-40 anos, ambos, com 44 colaboradores.



5.6. Distribuição por Antiguidade



Relativamente à caracterização dos colaboradores em função da antiguidade, constata-se uma concentração significativa de colaboradores no intervalo dos 2-5 anos de serviço, 102 colaboradores, equivalente a 52% do total, e os intervalos dos 6-9 anos de serviço, 24 trabalhadores, representando 12% do total.

5.7. Distribuição por estrutura orgânica

Nº de Colaboradores por estrutura orgânica	Var (%)	2022	2021
Conselho Administração	0%	3	3
Fiscal único	0%	1	1
Área de Projeto Inovação de Negócio	-14%	6	7
Área de Projeto <i>Brand Strategy & Ux/UI</i>	-	0	9
Área de Projeto NOSi Akademia	50%	3	2
Área de Projeto <i>Agile Management for Government</i>	-33%	6	9
Área de Projeto <i>Customer Experience Manager</i>	0%	6	6
Área Projeto WebLab	-93%	3	44
Área de Projeto <i>Government Applications Innovation</i>	-18%	14	17
Área Projeto NOSiMobile	-	0	3
Área do Projeto <i>Business Intelligence & Streaming Analytics</i>	-18%	9	11
Área de Projetos <i>Core Networking Services</i>	-	4	0
Área Projeto NOSiGIS	-20%	4	5
Direção de Operações NOSi <i>Cloud</i>	44%	13	9
Área Projeto <i>iGRPWeb</i>	-	0	4
Direção <i>Innovation & Development</i>	-	16	0

Direção Estratégia Pessoas e Organização	43%	10	7
Direção Segurança e Compliance	9%	12	11
Direção de <i>IT Service Management</i>	73%	38	22
Direção de Redes e Comunicação de Acesso	-62%	8	21
Direção <i>Data Center</i>	6%	19	18
Assessoria Técnica CA (<i>Product Managers</i>)	200%	3	1
Direção Finanças Planeamento e Relações Internacionais	6%	17	16
Total	-14%	195	226

Os dados acima espelham a distribuição dos colaboradores por Direção / Áreas de Projetos / Divisões, no qual se verifica que o maior número dos colaboradores está afeto à Direção de *IT Service Management* com uma representação de 38 colaboradores, correspondendo a cerca de 20% do total de colaboradores, um aumento de (+73%), face ao exercício anterior, justificado pela mobilidade de colaboradores da Direção de Redes e Comunicação de Acessos, que sofreu uma redução de (-62%), face ao exercício de 2021. Estas variações são decorrentes do processo de reestruturação e reposicionamento da NOSi.

5.8. Atividade formativa

À semelhança dos exercícios anteriores do triénio, as ações de formações em 2022 foram efetuadas em alinhamento com o PAGE 2019/2022, de forma a responder a necessidades reais de melhoria da eficiência operativa no quadro das metas para excelência dos serviços de e-Gov e para os resultados de sustentabilidade da empresa a médio e longo prazo.

Em 2022, foram executadas 23 ações de capacitação a nível nacional e internacional. Do total de ações de formação registaram-se participações de 63 dos colaboradores, abrangendo um número significativo de estruturas internas, num investimento total de **mCVE 4 204**, conforme verifica no quadro abaixo.

Treinamentos <i>Workshops</i> e Conferências	Entidade	Local	Nº	Valor
Curso Introdução a Contratação Pública	ARAP	Praia	1	10 000
Conceção, Gestão e execução de Projetos Agile	Open Up	Lisboa	7	826 988
Curso Direito de Trabalho e Legislação Laboral	MS Coaching&Formação	Praia	2	53 800
Participação no congresso mundial MWC 2022	MWC 2022	Barcelona	5	201 669
Participação na II Missão de Cooperação "Welcome2", cujo lema é "Inteligência de alvo. Estratégia de análise do comportamento turísticos nos destinos turísticos" em Canárias	EPC	Canárias	1	16 500
Participação na IV Missão de Cooperação do projeto SMART-ECO, "Territórios inteligentes para a melhoria da competitividade digital de empresas e empresários no Espaço MAC"	EPC	Açores	1	16 500
Participação na conferência em C-Days 2022	(CNCS) Autoridade Nacional para Cibersegurança	Estoril	2	208 709
Participação no wireless Meeting 2022	WAVECOM	Aveiro	2	130 724
Participação II Missão Cooperação "Welcome"- lema Inteligência de alvo. Estratégia da análise do comportamento turísticos nos destinos turísticos	EPC	Canárias	1	35 742
Participação na Conferência da Transição Digital Pública -"GOVERNO AO" no Centro de convenções de Talatona	Instituto de modernização administrativa de Angola	Angola	7	906 810
Participação Fórum da Cooperação Municipalista da Lusofonia	Fundo Galego de Cooperação e Solidariedade e pela ANMCV	S.Vicente	3	14 001
Participação no <i>workshop</i> Nacional de validação da proposta do novo Regime Jurídico do Cartão jovem	Instituto de Desporto e Juventude	Maio	2	14 934

Participação na conferência FOSS4G	AIM Group International - FLORENCE OFFICE	Itália, Florença	2	113 666
Participação na conferência Carnegie Mellon <i>University-Center for Executive Education in Technology Policy</i> nos EUA	Carnegie Mellon University	Estados Unidos	1	34 000
Participação no Seminário Sobre os Processos de Transformação Digital do Tribunal de Contas	Tribunal de Contas de Angola	Angola	5	543 372
Participação no Simpósio Internacional " <i>Cyber and Disruptive Technologies: PESCO and EDF Projects Common Approach</i> "	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional de Portugal	Lisboa	2	95 332
Participação no <i>Open Source Lisbon</i>	SYONE	Lisboa	11	738 925
Participação na IV Missão de Cooperação "Welcome2", cujo lema é "Inteligência de Destino. Estratégia de análise do comportamento turísticos nos destinos turísticos	EPC	Lazarote - Ilhas Canárias	1	23 833
Participação no evento " <i>Liferay Partner Summit EMEA 2022</i> " no <i>NH Collection Eurobuildin</i>	LIFERAY	Espanha- Madrid	2	51 334
Benchmarking para identificar as próximas tendências para transformação digital, com enfoque especial na área de e-Gov, e fazer prospeção dos equipamentos para futuras instalações da NOSi no Parque Tecnológico	Websummit 2022	Lisboa	1	
Participação no programa de Desenvolvimento de Capacidades em " Fortalecimento da Segurança Cibernética e a Resiliência para Infraestruturas Crítica"	Banco Mundial	Correia do Sul	1	53 833
Participação no <i>workshop</i> de programação " <i>Global JuliaEO- Earth Observation with Julia Workshop</i> "	Global JuliaEO- Earth	Açores	2	97 759
Participação encontro Direção DG INTPA cujo objetivo é a apresentação do ponto situação do projeto CAVIC e os próximos passos	aircentre.org	Bélgica- Bruxelas	1	15 384

63 4 203 815

5.9. Horário de trabalho

O horário de trabalho constitui um dos fatores mais importantes numa organização e dos trabalhadores. Porque é dentro desse espaço temporal que a organização e o trabalhador encontram os equilíbrios necessários à boa execução das tarefas profissionais. Desde o ano 2020 devido a situação pandémica derivado por SARS-CoV-2, aplica-se um regime de trabalho híbrido, em que 50% de trabalhadores estará remoto e 50% em regime presencial com a escala rotativa quinzenal.

Durante o exercício de 2022, depois das devidas ponderações auscultando colaboradores, deliberou-se por uma rotatividade semanal, mantendo todo resto igual em termos de regime híbrido, com 8 horas de trabalho diário, num total de 40 horas de trabalho por semana, com dois dias de descanso semanal, de acordo com a legislação Laboral cabo-verdiana. O horário de trabalho vigora das 08:00 às 17:00 horas, com flexibilização no horário de almoço por uma hora. No entanto aplica-se o horário de regime de turno num total de 36 horas por semana aos operadores e vigilantes do *Data Center* e a meia jornada a dois trabalhadores-estudantes.

5.10. Admissões / desvinculações / mobilidade entre os serviços

As entradas e saídas dos efetivos constituem um indicador importante, porque mostra a movimentação do pessoal. O total das admissões registadas ao longo do ano 2022 é de 18 entradas, das quais 15 admissões são referentes às situações integrações no quadro do Programa de estágio profissional, e 3 admissões por recrutamento externo.

Quanto ao número das saídas dos colaboradores, regista-se 55 desvinculações, sendo que 43 são os monitores do WebLab desvinculados no âmbito do processo de ajustamento do modelo de Governance do Projeto. Regista-se 3 pedido de licença sem vencimento, 8 rescisão por iniciativa do colaborador para assumir novos desafios profissionais e 1 rescisão de contrato por iniciativa da empresa.

No ano de 2022, ocorreram várias situações de mobilidade interna entre serviços, potenciando a otimização do capital humano, valorizando e adequando as competências dos colaboradores às exigências funcionais dos postos de trabalho, numa lógica de diversificação das tarefas e rotatividade de equipas, permitindo enfrentar novos desafios de trabalho e efetuar novas aprendizagens. Mantém-se 5 colaboradores em comissão de serviço / requisição.

Admissão	Quantidade
Mudança de contrato estágio para contrato de Trabalho	15
Recrutamento Externo	3
Total	18

Desligamento	Quantidade
Licença sem Vencimento	3
Cessação de Contrato	43
Rescisão de Contrato pela Entidade Patronal	1
Rescisão de Contrato pelo Trabalhador	8
Total	55

5.11. Qualidade e condi es de trabalho

1.1.6 Higiene Segurança no Trabalho

A higiene e segurança no trabalho tem como grande objetivo incrementar atitude preventiva e positiva nos trabalhadores. Todos os colaboradores da NOSi estão abrangidos pelo Seguro Obrigatório Acidentes Trabalho (SOAT). No ano de 2022, registou-se um acidente de trabalho na sequência de acidente de transito, na qual estiveram envolvidos dois colaboradores, que tiveram cobertura de Seguro obrigatório de acidentes de trabalho. A política de gestão de pessoas da NOSi criam permanentemente às condi es de saúde aos seus colaboradores. No ano de 2022 permaneceu o estado de monitoriza o da pandemia, embora mais flexível, assim foram mantidas as medidas de a o alinhados ao plano de segurança e saúde no trabalho.

1.1.7 Medicina do Trabalho

A Medicina do trabalho   cada vez mais a prioridade das prioridades para o bem-estar, engajamento e sustentabilidade organizacional, por isso NOSi procura desenvolver a es

com cocriação de colaboradores, para promoção da saúde e da qualidade de vida dos colaboradores e da sua família.

Por isso, manteve-se em 2022 o contrato de prestação de serviços com a Clínica Caboderm. Esse contrato visa atender serviço de medicina no trabalho e segurança e higiene no trabalho com o objetivo de cuidar da saúde e do bem-estar dos seus colaboradores permitindo melhoria na produtividade e eficácia no trabalho, e ao mesmo tempo dar um acompanhamento planeado e individualizado do estado da saúde dos colaboradores e dos seus familiares, evitando o absentismo e contribuindo para o bem-estar físico e intelectual dos mesmos.

Em 2022 foram avaliados 352 pacientes, referentes as consultas realizadas na sede de NOSi e consultas ambulatoriais nos consultórios de Plateau e ASA. Um aumento de (+12%) pacientes abrangidos, face ao exercício anterior.

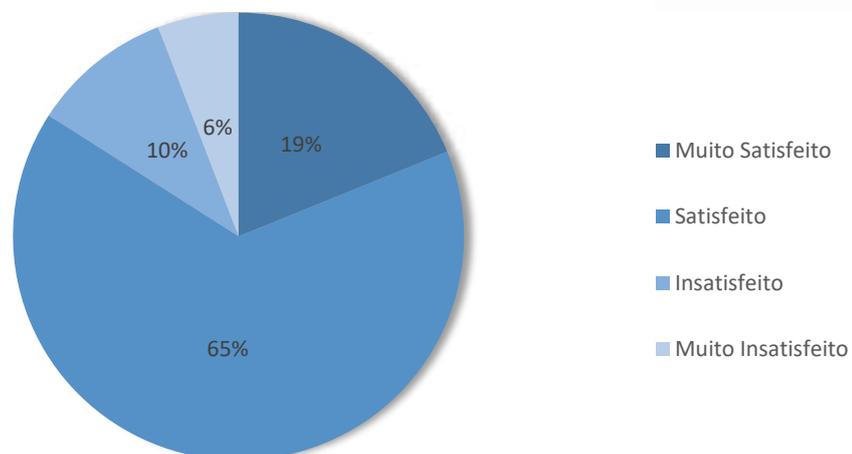
Ainda no âmbito da medicina do trabalho foram realizadas atividades *ad hoc* que promovam a consciencialização da importância dos cuidados com a saúde física, mental e bem-estar dos colaboradores, nomeadamente, palestras sobre:

“A respiração como técnica preventiva do stress”;

“Estética, a Cosmética, tratamentos estéticos mais importantes *Fillers, Botox, Lifting* facial e *Peelings*”;

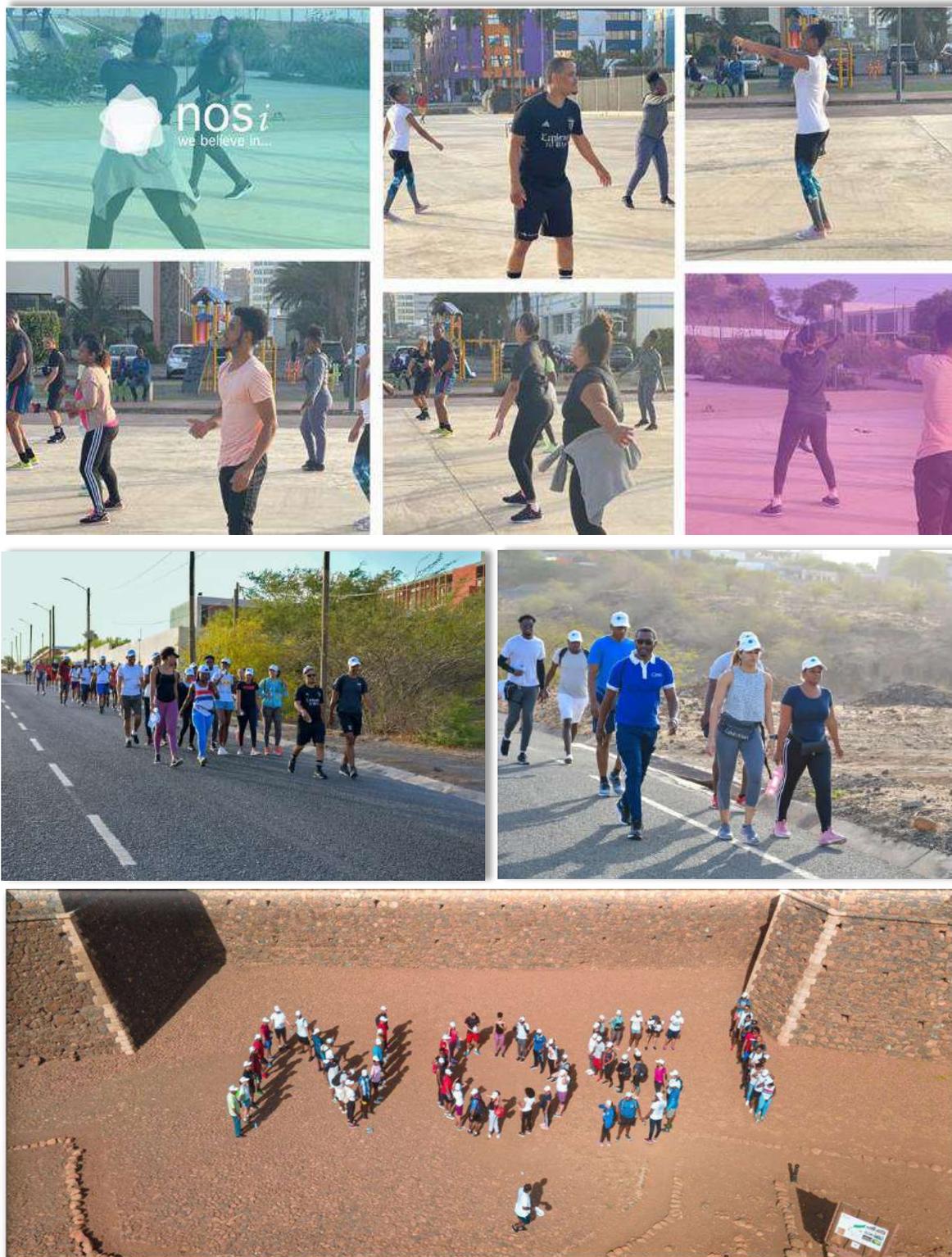
“Cuidados alimentares durante o período laboral”.

Avaliação global dos colaboradores relativamente aos serviços de medicina do trabalho prestados, é bastante satisfatória, embora alguns aspetos a serem melhorados. Ver gráfico a seguir.



1.1.8 Estímulo pela prática de exercícios físicos

Para promover e incentivar a prática de atividades físicas, foi realizado o treino funcional ao ar livre com o profissional especializado e caminhada percurso Praia - Cidade Velha, em comemoração do dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador.



5.12. Valor organizacional e cultural

1.1.9 Open Talks e NOSiBola

Open Talks são convidados palestrantes para transmitirem conhecimentos e experiências que estimulam os colaboradores o autoconhecimento, auto motivação, comprometimento, responsabilidade, e bom relacionamento interpessoal, para um ambiente de trabalho positivo.

Mantém-se o apoio à atividade “NOSiBola”, uma iniciativa dos colaboradores que dinamizam a prática do futebol na NOSi.



1.1.10 Pausa Ativa

Com o objetivo de reforçar o engajamento e ajustar estratégia PAGE 2019/2022 e numa abordagem de cocriação, o exercício 2022 foi marcado por uma iniciativa inovadora, intitulada de “Pausa Ativa”. O objetivo desta iniciativa é sobretudo auscultar as preocupações/inquietações dos colaboradores, compreender o funcionamento interno das estruturas internas relativamente ao trabalho, equipas, lideranças, para que, de forma participada, se encontrem as melhores soluções. A participação dos colaboradores nos processos ocorreu em duas dimensões. Em primeiro lugar, é delineado a metodologia para que a comunicação torne viável e satisfatória, depois as ideias e sugestões colhidas serão analisadas e tratadas de modo a ser efetivado para a tomada de decisão.

Todos os colaboradores de todas as diferentes Direções/ Áreas e Equipas de Projetos puderam participar nos encontros realizados aos fins de semana, num ambiente totalmente diferente a do meio laboral, descontraído, tranquilo e oportuno para conversas, discussões

e troca de ideias de modo informal e aberto com os membros do Conselho de Administração e as lideranças intermedias. Também nesses encontros, estiveram sempre presentes as representações das estruturas da DGCH, DFPRI e DERP, enquanto promotores desta iniciativa, responsáveis pela organização de cada uma das várias sessões durante todo o ano, e finalmente, são estas as estruturas que monitoram e avaliam as execuções ou soluções para as questões / preocupações colocadas, sugestões / propostas avançadas. Foi efetivamente uma excelente iniciativa de cocriação.



1.1.11 Retiro Profissional

Retiro de trabalho e convívio entre os trabalhadores da NOSi, E.P.E., teve lugar como habitual no mês de novembro, desta feita sob o lema “*NOSi a partir de “Djarmai”: Avaliar triénio 2019-2022” & Plano de Negócio 2022-2026*”. Uma iniciativa inédita e arrojada que permitiu testar o limite da capacidade de organização e de inovação da empresa, mas sobretudo a resiliência tecnológica da empresa, com total garantia de continuidade de todos os serviços públicos a funcionar a 100% e a ser monitorizado remotamente. A sessão de abertura dos trabalhos de retiro contou com as presenças do Vice-Primeiro Ministro e

Ministro da Economia Digital, Dr. Olavo Correia, e do Presidente da Câmara Municipal do Maio, Dr. Miguel Rosa.

Deslocou-se a ilha do Maio 169 colaboradores, com ida via marítima, no dia 25 de novembro a partir da cidade da Praia, para a realização do retiro de trabalho no dia 26, e regresso pela mesma via, no dia 27 de novembro.

A iniciativa teve também como objetivo promover a ilha do Maio através dos colaboradores, uma ilha aprazível e com enorme potencial, sobretudo, a nível turístico.



1.1.12 Jantar de Natal

Natal é tempo de alegria e família reunida. Tradicionalmente a NOSi realiza o Jantar de Natal dos Nosi@nos. Em 2022, o evento aconteceu no espaço Casa do Líder – Cidadela em 16 de dezembro.











6. Divulgação de informações complementares

Em cumprimento com o Código das Sociedades Comerciais e à luz das melhores práticas, fazemos referência a informações complementares relacionadas com (i) o número e valor nominal das ações, (ii) as partes relacionadas, (iii) remuneração dos auditores e membros dos órgãos sociais e (iv) da exposição da empresa a riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e cambial nas notas 10, 24, 26 e 1.10, respetivamente, do anexo às demonstrações financeiras.

7. Agradecimentos

Não obstante enormes constrangimentos e desafios mencionados, como sempre a NOSi continua a apostar no futuro, e para a implementação da estratégia definida no PAGE 2019/2022, contamos com a participação ativa de todos, por isso, um agradecimento especial sobre a apreciável performance espelhada nos diversos indicadores apresentados ao longo do presente relatório, que se deveu essencialmente à qualidade e empenho demonstrado por todos os colaboradores da NOSi e à confiança e apoio sempre disponível das tutelas sectorial e financeira, avalizando ou autorizando decisões ou propostas de decisão do Conselho de Administração.

Para o nosso Auditor e ao nosso Fiscal Único, uma palavra de agradecimento pelo rigor e sempre pronta colaboração e atenção dispensada às preocupações exposta pela gestão.

8. Proposta de aplicação de resultados

No exercício económico de 2022, a NOSi gerou Resultados Líquidos positivos de mCVE 35 350.

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo de mCVE 35 350 seja transferido para resultados transitados.



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA

(Presidente do Conselho de Administração)



MAYRA SUELY SANTOS SILVA

(Administradora Executiva)



LUMUMBA FERNANDES BARBOSA

(Administrador Executivo)

PARTE II - CONTAS 2022 | DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	DATA REFERÊNCIA	
		31-12-2022	31-12-2021
		VALORES	VALORES
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	3		
Terrenos e recurso naturais		22 037	22 037
Equipamento básico		4 224	4 915
Equipamento de transporte		11 169	1 710
Equipamento administrativo		18 522	11 650
Outros ativos fixos tangíveis		31 693	40 213
Ativos Intangíveis	4	31 102	42 364
Clientes	5	155 220	94 541
Outras contas a receber	8	137 735	140 409
Total do Ativo não corrente		411 700	357 838
Ativo Corrente			
Clientes	5	517 654	500 288
Estado e outros entes públicos	6	22 192	21 246
Diferimentos	7	28 031	6 899
Outras contas a receber	8	135 946	171 553
Caixa e depósitos bancários	9	15 427	20 591
Total do Ativo corrente		719 250	720 576
Total do Ativo		1 130 950	1 078 414
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital estatutário		50 000	50 000
Reservas legais		2 688	2 688
Outras variações no capital próprio		192 709	192 709
Resultados transitados		(8 404)	184 695
Resultado líquido do período		35 350	(193 100)
Total do Capital Próprio	10	272 343	236 994
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11	167 186	195 538
Total do Passivo não Corrente		167 186	195 538
Passivo Corrente			
Fornecedores	12	440 074	498 665
Adiantamento de Clientes		12 631	2 491
Estado e outros entes públicos	6	103 953	94 483
Financiamento Obtido	11	28 352	23 991
Outras contas a Pagar	13	106 412	26 253
Total do Passivo Corrente		691 421	645 883
Total do Passivo		858 607	841 421
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 130 950	1 078 414

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





2. Demonstração de resultados por natureza

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

RUBRICAS	DATA REFERÊNCIA		
		2022	2021
	NOTAS	VALORES	VALORES
Vendas e Prestações de serviços	14	669 764	461 125
Subsídios à exploração	15	356 222	231 086
Resultado operacional bruto		1 025 985	692 211
Fornecimentos e serviços externos	16	(600 870)	(498 125)
Valor acrescentado bruto		425 115	194 086
Gastos com o pessoal	17	(326 871)	(333 520)
Outros rendimentos e ganhos	18	20 689	15 514
Outros gastos e perdas	19	(39 849)	(32 732)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		79 084	(156 651)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	20	(25 490)	(22 335)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		53 594	(178 986)
Juros e perdas similares	21	(13 768)	(13 815)
Juros e ganhos similares Obtidos			
Resultado antes de Impostos		39 826	(192 801)
Imposto sobre o rendimento do período e tributação autónoma	6	(4 477)	(298)
Resultado líquido do período		35 350	(193 100)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

3. Demonstração de fluxo de caixa

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Designação da Entidade: Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.			
Número de Identificação Fiscal: <u>270 149 503</u>			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)			
RUBRICAS	DATA DE REFERÊNCIA		
	NOTA	31/12/2022 VALORES	31/12/2021 VALORES
Método Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2	443 855	484 983
Pagamentos a fornecedores		(159 595)	(119 478)
Pagamentos ao pessoal		(202 991)	(237 391)
Caixa gerada pelas operações		81 269	128 114
Outros recebimentos/pagamentos		(26 891)	(116 958)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		54 378	11 156
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangíveis		(21 784)	(22 471)
Activos intangíveis			(14 909)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(21 784)	(37 380)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			56 900
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		(23 991)	(1 745)
Juros e gastos similares		(13 768)	(14 038)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(37 759)	41 117
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(5 165)	14 892
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		20 591	5 699
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 15 427	20 591

o Contabilista Certificado



o Conselho de Administração





4. Demonstração de alteração de capital próprio

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSI, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Reservas legais	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	50 000	2 688	192 709	243 345	(65 782)	
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						(193 100)	
Resultado líquido do período						(193 100)	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
RESULTADO EXTENSIVO	2					(193 100)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
OUTRAS OPERAÇÕES	3						
Correções relativas a exercícios anteriores	4				7 132		
Aplicação de Resultados do ano anterior					(65 782)	65 782	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2021	1+2+3+4	10	50 000	2 688	192 709	184 695	(193 100)
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2022	1	50 000	2 688	192 709	184 695	(193 100)	
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						35 350	
Resultado líquido do período						35 350	
RESULTADO EXTENSIVO	2					35 350	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
OUTRAS OPERAÇÕES	3						
Aplicação de Resultados do ano anterior	4				(193 100)	193 100	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2022	1+2+3+4	10	50 000	2 688	192 709	(8 404)	35 350

o Contabilista Certificado



o Conselho de Administração

PARTE III – ANEXO ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos – mCVE)

1. Identificação da Entidade

O Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, EPE (adiante designado por NOSi ou Entidade), é uma Entidade Pública Empresarial, criada pelo Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O capital social de mCVE 50 000, integralmente detido pelo Estado de Cabo Verde, é representado por 50 000 ações de valor nominal de mCVE 1 cada. É uma entidade de âmbito nacional e fica sediada na cidade da Praia.

O objeto social, definido nos seus estatutos, consiste em, promover a inovação e governação eletrónica, apoiar na formulação de políticas no domínio das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e governação eletrónica, conceber, desenvolver e implementar sistemas de informação para a governação eletrónica, propor *standarts* de modelo integrado da governação eletrónica, participar na promoção da sociedade de conhecimento, participar na promoção do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, assegurar a harmonização de compatibilidade como o modelo integrado, exercendo ainda diversas outras atividades elencadas nos números 1 e 2 do artigo 4º dos estatutos.

Nota 0 – Referencial Contabilístico De Preparação Das Demos trações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mCVE).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 25 maio de 2022.

Nota 1 – Resumo Das Principais Políticas Contabilísticas Adotadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1. Ativos fixos tangíveis e depreciações e ativos intangíveis e amortizações

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra e instalação, líquidos das respetivas depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição ou reavaliação pelo método de quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens, como segue:

Descrição	Taxa
Edifícios e Outras Construções	3% - 5%
Equipamento Básico	5% - 25%
Equipamento Transporte	13%
Equipamento Administrativo	12,5% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16% - 20%

Os ativos fixos tangíveis doados pelo acionista Estado são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Entidade, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos operacionais – Outros rendimentos e ganhos, pela redução das doações registadas em Outras variações de capital próprio (ver Nota 10).

a) Ativos Intangíveis e amortizações

Compreendem licenças de softwares, mensuradas ao custo de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

1.2. Imparidade de Ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos, quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa).

1.3. Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos pelo seu valor atual, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 5 e 8).

1.4. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.5. Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução das entradas de capital.

1.6. Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.7. Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2018 a 2022 podem vir a ser corrigidos. O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável. A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa

que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.8. Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.9. Reconhecimento do rédit

(i) Vendas e prestações de serviços

Os proveitos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador.

(ii) Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos quando existe segurança que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e que serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Entidade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar (ver Notas 16, 17 e 18).

1.10. Gestão de Risco Financeiros

A exposição da Entidade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco Cambial

O risco cambial é baixo, na medida em que existe uma paridade fixa, ou uma relação cambial estável com as principais moedas em que decorrem as transações externas, nomeadamente o Euro e o Dólar, não obstante a maioria das prestações de serviços e financiamentos obtidos serem em Escudos cabo-verdianos;

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem “*swaps*” de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

(iv) Risco de liquidez

A Entidade apresenta fundo de maneio positivo na ordem dos mCVE 40 000, tem gerado e espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que não apresenta risco de liquidez.

1.11. Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas no balanço nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”.

1.12. Transação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, quando existem, são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço são registadas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

1.13. Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica “Outras contas a pagar” (ver Nota 13).

Os trabalhadores da Entidade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a entidade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.14. Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal ou presente, caso aplicável.

1.15. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais. As diferenças de estimativa são registadas em rendimentos/gastos do exercício nas rubricas respetivas da natureza do rendimento ou gasto.

Nota 2 – Fluxos De Caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que se encontram disponíveis para uso num curto prazo que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também equivalentes de caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não é significativa, assim como os descobertos bancários, que são apresentados no Balanço em Financiamentos obtidos.

Nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2021						
Valor de aquisição	22 037	4 883	4 975	23 983	36 001	91 879
Depreciação Acumulada		(3 306)	(2 590)	(14 796)	(1 582)	(22 274)
Valor escriturado	22 037	1 577	2 385	9 187	34 419	69 605
VARIAÇÕES EM 2021						
Valor líquido inicial	22 037	1 577	2 385	9 187	34 419	69 605
Aquisições		3 586		4 177	14 261	22 024
Depreciação do exercício		(249)	(675)	(1 713)	(8 467)	(11 103)
Valor líquido	22 037	4 915	1 710	11 651	40 213	80 526
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021						
Valor de aquisição	22 037	8 469	4 975	28 160	50 262	113 903
Depreciação Acumulada		(3 555)	(3 265)	(16 509)	(10 049)	(33 377)
Valor escriturado	22 037	4 915	1 710	11 651	40 213	80 526
VARIAÇÕES EM 2022						
Valor líquido inicial	22 037	4 915	1 710	11 651	40 213	80 526
Aquisições		10 350	10 350	10 329	668	21 348
Depreciação do exercício		(691)	(891)	(3 458)	(9 188)	(14 228)
Valor líquido	22 037	4 223	11 169	18 522	31 694	87 645
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022						
Valor de aquisição	22 037	8 469	15 325	38 489	50 931	135 251
Depreciação Acumulada		(4 246)	(4 156)	(19 967)	(19 237)	(47 606)
Valor escriturado	22 037	4 224	11 169	18 522	31 693	87 644

As adições realizadas em 2022 compreendem, essencialmente, em Equipamento de Transporte, com a aquisição de três viaturas elétricas (mCVE 10 350), em Equipamento Administrativo, com a aquisição de computadores e monitores (mCVE 8 800).

Em 2021 as adições compreendiam, essencialmente, em Equipamento Básico, com a aquisição de *Chillers* para o *Data Center* (mCVE 3 402), em Equipamentos Administrativos, com a aquisição de computadores e monitores (mCVE 3 475) e em Outros Ativos Fixos Tangíveis, com a aquisição de baterias para UPS (*Uninterruptible Power Supply*) do *Data Center* (mCVE 12 067).

Nota 4 – Ativos Intangíveis

Os movimentos em ativos intangíveis decompõem-se como segue:

	<u>mCVE</u>
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2021	
Valor de aquisição	208 328
Amortização acumulada	<u>(175 490)</u>
Valor escriturado	<u>32 838</u>
VARIAÇÕES EM 2021	
Valor líquido inicial	32 838
Aquisições	20 757
Amortização do exercício	<u>(11 232)</u>
Valor líquido	<u>42 364</u>
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
Valor de aquisição	229 085
Amortização acumulada	<u>(186 722)</u>
Valor escriturado	<u>42 364</u>
VARIAÇÕES EM 2022	
Valor líquido inicial	42 364
Amortização do exercício	<u>(11 262)</u>
Valor líquido	<u>31 102</u>
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022	
Valor de aquisição	229 085
Amortização acumulada	<u>(197 984)</u>
Valor escriturado	<u>31 102</u>

Em 2022 não houve qualquer aquisição respeitante a ativos intangíveis.

As adições em 2021 compreendem mCVE 20 018 relacionados com o desenvolvimento aplicativo da solução de autenticação e Assinatura Digital fornecida pela Open Soft, dos quais mCVE 7 132 havia sido registado em 2020, em FSE, quando deviam ser capitalizados.

A sociedade opera presentemente com uma licença da Oracle adquirida em 2016 por mCVE 168 491, a qual foi amortizada ao longo dos exercícios de 2016 a 2018.

Os restantes ativos intangíveis dizem respeito a programas de computador.

Nota 5 – Clientes

O saldo a receber de clientes compreende:

	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Cientes conta corrente - Nacionais						
Direção de Estrangeiros e Fronteiras	77 646		77 646	77 586		77 586
Direção Geral das Telecomunicações e Economia Digital	46 430		46 430	46 430		46 430
Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil	41 653		41 653	41 653		41 653
Projeto Digital Cabo Verde	34 251		34 251			
Direção Geral dos Transportes Rodoviários	14 352		14 352	13 714		13 714
Instituto Nacional de Gestão e do Território	14 140		14 140	10 727		10 727
UC-SNQ - Ministério das Finanças	13 167		13 167	13 167		13 167
Ministério das Finanças e do Planeamento	12 284		12 284	7 398		7 398
Casa do Cidadão	11 725		11 725	12 228		12 228
Polícia Nacional	10 456		10 456	10 230		10 230
Centro Nacional de Pensões Sociais	9 339		9 339	8 122		8 122
Polícia Judiciária	7 840		7 840	7 840		7 840
Hospital Agostinho Neto	7 568		7 568	7 569		7 569
Tribunal de Contas	6 458		6 458	5 374		5 374
RTC - Radio Televisão Caboverdiana, SA	5 993		5 993	5 993		5 993
DGPOG - Ministério de Justiça e do Trabalho	5 223		5 223	4 872		4 872
Outros, inferiores a mCVE 5 000	94 163		94 163	90 623		90 623
	412 687		412 687	363 526		363 526
Câmaras Municipais						
Sal	21 328		21 328	20 019		20 019
Praia	15 182	70 444	85 626	79 005		79 005
Santa Cruz	4 833	5 118	9 951	1 537	6 140	7 677
Santa Catarina	4 853	5 968	10 821	1 792	7 159	8 951
Tarrafal	2 264	6 222	8 486		7 467	7 467
São Domingos	1 999	5 261	7 260		6 313	6 313
São Vicente	4 318	8 028	12 346	12 473		12 473
Porto Novo	2 508	4 879	7 388	669	5 837	6 506
Boa Vista	2 259	4 999	7 258	1 942	6 389	8 331
Tarrafal São Nicolau	2 245	4 525	6 770	620	5 413	6 033
Ribeira Brava	2 090	3 934	6 023	539	4 706	5 245
São Lourenço dos Orgãos	2 075	3 891	5 966		5 189	5 189
São Miguel	2 059	3 691	5 750	1 109	4 428	5 537
São Salvador do Mundo	1 971	2 365	4 336	471	4 111	4 582
Ribeira Grande Santo Antão	1 901	3 561	5 462	1 070	4 272	5 342
São Filipe	1 722	4 143	5 865	568	4 956	5 524
Ribeira Grande Santiago	1 717	3 728	5 445	511	4 459	4 970
Mosteiros	1 539	3 911	5 450	536	4 679	5 215
Outras Câmaras, dívidas inferiores a mCVE 5 000	4 443	10 550	14 993	1 804	13 023	14 827
	81 304	155 220	236 524	104 646	94 541	199 187
Cientes conta corrente - Estrangeiros						
Guiné Equatorial	57 889		57 889	57 889		57 889
Agência Fiduciária e de Administração de Projetos	16 959		16 959	7 268		7 268
Outros, inferiores a mCVE 2 000	6 703		6 703	4 829		4 829
	81 551		81 551	69 986		69 986
Menos:						
Perdas por imparidade acumuladas	(57 889)		(57 889)	(57 889)		(57 889)
Saldo total de clientes	517 654	155 220	672 874	480 269	94 541	574 810

A entidade celebrou acordos de regularização de dívida com as Câmara Municipais que no quadro acima apresenta saldos “Não Corrente”. Os acordos preveem a regularização da dívida em prestações mensais durante períodos que variam entre 5 e 6 anos, sem juros. Assim, com referência a 31 de dezembro de 2022, procedeu-se á determinação do valor presente dos saldos em dívida, por referência á taxa de juro média dos financiamentos da Entidade (6,62%), tendo os mesmos sido reduzidos em mCVE 27 537 (2021: mCVE 24 223), registados na rubrica de “Outros gastos e perdas” (ver Nota 20). Em 2022 o valor foi atualizado na sequência da assinatura dos acordos com as Câmaras Municipais da Praia e de São Vicente.

Por antiguidade, os saldos de clientes decompõem-se como segue (em mCVE):

	Câmaras Municipais		Estado e Entidades Públicas		Clientes Privados		Clientes Estrangeiros		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldos até 90 dias	13 622	20 377	52 508	5 186	24	47	15 920	7 475	82 074	33 086
Saldos entre 91 e 180 dias	10 303	12 494	2 736	1 224	5	14			13 044	13 731
Saldos entre 181 e 1 ano	23 089	15 098	3 886	5 260	25	10		13	26 999	20 381
Saldos com mais de 1 ano	189 510	195 727	295 139	268 881	475	523	65 632	62 498	550 756	527 630
Saldo Total	236 524	243 697	354 269	280 552	529	594	81 551	69 986	672 874	594 828

Não foram reconhecidas perdas por imparidades relativas às dívidas do Estado, Instituições Públicas e Autarquias dado ser expetativa da Administração que a sua recuperação ocorrerá a curto prazo. Relativamente ás autarquias com as quais foram assinados acordos de regularização de dívida, e igualmente expetativa da Administração que os referidos acordos serão cumpridos.

Nota 6 – Estado E Outros Entes Públicos

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

	mCVE	
	2022	2021
Saldos devedores		
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado	19 959	19 176
Imposto sobre lucros a recuperar	2 233	2 070
	22 192	21 246
Saldos credores		
Contribuições para a Previdência Social	36 390	48 264
Imposto único sobre rendimentos	63 086	45 920
Tributação autónoma	174	298
Imposto sobre lucros	4 303	
	103 953	94 483

Corresponde ao valor do IVA a favor da Entidade referente ao exercício de 2022 (mCVE 783) e transitado de exercícios anteriores (mCVE 19 176). Neste período foi efetuado um pedido de reembolso de IVA no montante de mCVE 19 401, ainda em análise pela entidade fiscal.

Na sequência do pedido de reembolso de IVA relativo ao período de janeiro de 2017 a junho de 2022, a entidade recebeu duas notificações da Autoridade Fiscal (Repartição das Finanças da Praia - RFP), sendo que a segunda notificação (REF N°392/RFP/DIT/2023) datada de 13 de maio de 2023, vem anular e substituir a notificação (REF N°203/RFP/DIT/2023) datada de 22 de março de 2023. Através da segunda notificação a RFP determina que o pedido de reembolso não merece provimento, adicionalmente efetuando uma correção ao IVA a pagar declarado no período em apreço no montante de 196 121 mCVE, apurando um montante líquido a pagar ao Estado de 176 720 mCVE.

O Conselho de administração da empresa vai exercer o direito de audição em relação à fixação da liquidação adicional feita pela RFP na sequência do pedido de reembolso do IVA, nos termos da Lei.

Contribuições para a Previdência Social/Retenção de impostos sobre rendimentos

Correspondem, essencialmente, às contribuições da Entidade para a previdência social, e às retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal dependente, no

montante de mCVE 60 759 (2021: mCVE 44 794) e no processamento dos honorários do pessoal independente, no montante de mCVE 2 327 (2021: mCVE 1 096).

Imposto sobre lucros do exercício:

O resultado fiscal do exercício de 2022 e o encargo do exercício de 2021 com o imposto sobre lucros, foram calculados como segue:

	mCVE	
	2022	2021
Resultado antes de impostos		
A adicionar		
Outros custos não aceites	39 826	(192 801)
	2 685	4 722
A deduzir		
Correções relativas a exercícios anteriores		
Benefícios fiscais (formação e mecenato)	(4 160)	(7 745)
Outros		
	38 351	(195 825)
Reporte dos prejuízos fiscais (conf. Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro)		
Exercícios anteriores (50% do lucro do exercício)	19 175	
Matéria Coletável	19 175	
Taxa aplicável	22,44%	22,44%
Coleta	(4 303)	
Tributação autónoma	(174)	(298)
Encargos do exercício com impostos sobre rendimento	(4 477)	(298)

Nota 7 – Diferimentos

O saldo desta rubrica representa a parcela das licenças, softwares e outros serviços referentes aos exercícios de 2023 e subsequentes, cujas faturas foram, entretanto, rececionadas em 2022, encontrando-se por isso, registadas por contrapartida de Fornecedores (ver Nota 12). O saldo decompõe-se pelas seguintes entidades:

	mCVE	
	2022	2021
CiS Int'l	23 604	
Modern Requirements	2 999	
VisionWare		4 807
Outras entidades	1 429	2 092
	28 031	6 899

Nota 8 – Outras Contas A Receber

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mCVE 272 906 (2021: mCVE 308 715) a receber do Ministério das Finanças e decompõe-se como segue:

- a) mCVE 154 998 (2021: mCVE 168 491) relacionados com o empréstimo da CECV, cuja amortização do capital foi assumida pelo Estado (ver Nota 11). Nos termos do Protocolo assinado como Estado em dezembro de 2021, o reembolso deste valor ao NOSi será efetuado em 72 prestações mensais. Assim, mCVE 17 263 foram classificados como Corrente e mCVE 137 735 como Não corrente.
- b) mCVE 28 784 (2021: mCVE 28 784) referentes a juros do mesmo empréstimo, também assumidos pelo Estado (ver Nota 11).
- c) mCVE 89 124 (2021: mCVE 111 440) a título de subsídio à exploração, com contrapartida em Fornecedores, dos quais:

mCVE 9 944 (2021: mCVE 33 130), a título de subsídio à exploração, com contrapartida em Fornecedores, relacionados com o fornecimento de serviços de circuitos e internet pela Cabo Verde Telecom e CV Multimédia, registados em Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 12).

mCVE 79 180 (2021: mCVE 78 310), referentes aos royalties devidos à SoftwareOne, cujo pagamento é assumido pelo Estado.

Nota 9 – Caixa E Depósitos Bancários

O detalhe do valor escriturado nesta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	mCVE	
	2022	2021
Caixa		
Fundo Fixo	70	70
Depósitos à ordem		
Banco Comercial do Atlântico	3 243	4 282
Caixa Económica de Cabo Verde	9 215	16 229
Banco Africano de Investimentos	2 899	10
	<u>15 357</u>	<u>20 521</u>
	<u>15 427</u>	<u>20 591</u>

Nota 10 – Capital Próprio

Os movimentos Registrados em 2022 e em 2021 nesta rubrica, encontram-se evidenciados na Demonstração de Alteração de Capital Próprio.

Capital social

O capital social, integralmente realizado, está representado por 50 000 ações com o valor nominal de ESC 1 000 (mil escudos) cada e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

Reservas legais

O saldo de mCVE 2 688 resulta da aplicação do resultado líquido do exercício de 2019.

Outras variações no capital próprio

O saldo de mCVE 192 709 (2021: mCVE 192 709) compreende, mCVE 168 491 correspondentes ao valor do empréstimo contraído junto da CECV para a aquisição da licença ORACLE, cuja amortização do capital foi assumida pelo Estado (ver Notas 8 e 11) e mCVE 24 219 (2021: mCVE 24 219) referentes a bens do ativo fixo tangível doados pelo acionista Estado, dos quais mCVE 22 013 se referem a um terreno e mCVE 3 182 a equipamentos administrativos, líquidos de depreciações acumuladas de mCVE 1 000.

Resultados Transitados

O total de resultados transitados negativos de mCVE 8 404, foram impactados, em 2022, pela aplicação do resultado líquido negativo do exercício de 2021 de mCVE 193 100.

Nota 11 – Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Financiamentos Obtidos” apresentavam a seguinte composição (em mCVE):

	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
A Empréstimo Oracle (mESC 168 491)	17 263	137 735	154 998	13 493	154 998	168 491
B Empréstimo Hardsecure (mESC 56 900)	11 089	29 451	40 540	10 497	40 540	51 037
Total Empréstimos	28 352	167 186	195 538	23 991	195 538	219 529

A – Empréstimo Oracle

Empréstimo contratado em novembro de 2016, destinado a financiar a aquisição da licença ORACLE, cujo reembolso deveria ocorrer numa única prestação em novembro de 2021. Entretanto, em 2021 procedeu-se a reestruturação e renovação do empréstimo, tendo sido mantida a taxa de juro anual de 7%, devidos mensalmente, e fixado o reembolso em 96 prestações mensais, vencendo-se a primeira em março de 2022.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde, que também assume a liquidação do capital e dos juros, nos Termos do Protocolo de prestação de serviços assinado em 2018 entre a Entidade e o Ministério das Finanças. Nesta base, em 2020, procedeu-se ao reconhecimento do valor correspondente a receber do Ministério das Finanças por contrapartida de uma contribuição do acionista para o capital próprio (Outras variações no Capital próprio) (ver Notas 10).

B – Empréstimo Hard Secure

Representa o saldo remanescente de um empréstimo contratado em maio de 2021, destinado a financiar a aquisição de *appliances* e licenças necessárias para garantir suporte, manutenção/atualização e *compliance* de duas arquiteturas de *firewall* na RTPE. Vence juros à taxa anual de 5,5% e será reembolsado em 60 prestações mensais de capital e juros, no montante de mCVE 1 087. O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto de Estado de Cabo Verde.

Nota 12 – Fornecedores

O saldo decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2022	2021
Electra Sul	220 758	180 963
ARME-Agência Reguladora Multisetorial de Economia	36 893	35 577
CV Multimédia	33 024	33 074
Hardsecure	28 447	28 447
Visionware	22 536	15 712
Cabo Verde Telecom	18 812	41 723
WSO2 Inc	15 669	3 726
Guiatel	15 161	16 211
Digitmarket - Sistemas de Informação	5 639	5 639
Microsoft	83	78 467
OpenSoft	4 755	12 886
RUIIUR	4 703	3 621
Modem Requirements	3 693	
ASA- Aeroportos e Segurança Aérea	3 023	3 023
Cvnet, Lda	2 182	2 182
ActiveSys		9 401
TEI		6 000
Huawei Technologies		5 471
Outros, inferiores a mCVE 3 000	24 696	16 541
	440 074	498 665

A dívida para com a Electra Sul relaciona-se com o fornecimento de energia elétrica.

A dívida para com a ARME relaciona-se com a taxa de regulação referente ao ano de 2022 (mCVE 1 316) e anos anteriores.

As dívidas à CV Telecom e à CV Multimédia, no montante total de mCVE 51 836, relacionam-se com o fornecimento de serviços de circuitos e internet.

O saldo a pagar à Hardsecure resulta da aquisição de equipamentos e suporte dos *firewalls* Palo Alto e FortiGate, no valor de mCVE 19 919 e respetiva licença para o período de 2021 a 2023, no valor de mCVE 27 717. Em 2021 foi liquidado 50% desse valor.

O saldo devido a VisionWare, resulta do contrato de fornecimento de licenciamento da solução de segurança corporativa *Endpoint Protection*.

O valor de mCVE 51 836 devidos à da CV Telecom e à CV Multimédia, são subsidiados pelo Estado de Cabo Verde, a título de subsídio à exploração (ver Nota 16 e 17), razão pela qual têm contrapartida em Outras contas a receber - Ministério das Finanças (ver Nota 8).

Nota 13 – Outras Contas A Pagar

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mCVE 79 180 relativamente a constituição do acréscimo da fatura de SoftwareOne para serviços prestados no período de junho a dezembro de 2022, e mCVE 25 613 (2021: mCVE 23 453) relativos a encargos férias e subsídios de férias a pagar no ano seguinte (ver Nota 1.13).

Nota 14 – Vendas E Prestações De Serviços

	mCVE	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços Ministério Finanças	305 779	260 965
Desenvolvimento Software	190 900	37 292
IaaS - Infrastructure as a Service	58 157	51 590
Bundled	36 759	32 947
Housing	16 079	15 906
Consultorias	14 190	12 932
Outros	13 097	17 593
SaaS – Software as a Service	12 843	13 030
Comunicação	12 367	11 540
PaaS - Platform as a Service	5 988	5 873
Outros, inferiores a mCVE 5 000	3 604	1 457
	<u>669 764</u>	<u>461 125</u>

Ministério das Finanças

No âmbito da renovação do Protocolo de prestação de serviços assinado em dezembro de 2021, os serviços prestados ao Ministério das Finanças compreendem essencialmente serviços de backup (mCVE 4 711/mês), serviços de licenciamento de software (mCVE 3 595), serviço VPS (mCVE 1 637/mês), entre outros, totalizando o montante anual de mCVE 333 345. Em contrapartida, a renda a pagar pela NOSi pela utilização dos ativos do Estado relativos aos investimentos do E-gov1 e E-gov2 ascende a mCVE 153 345 (ver Nota 17).

Desenvolvimento de Software

Compreende, essencialmente, os serviços de conceção e implementação do Sistema Integrado de Gestão do Tribunal de Contas de Angola, no valor de mCVE 81 399, ao desenvolvimento de um sistema informático de imposto sobre valor acrescentado em São Tome no valor de mCVE 53 298, aos projetos *Nha Card*, *Public Key Infrastructure (PKI)*, Chave Móvel Digital (CMD) e plataforma autentica, financiados pelo Banco Mundial, no valor de mCVE 26 741.

IAAS – Infrastructures As A Services

Compreendem, essencialmente, mCVE 39 870 (2021: mCVE 39 870) de disponibilização de recursos computacionais ao INPS, tais como:

Webhosting – disponibilização de espaço em servidor compartilhado, com a utilização de servidor com “*webserver*” para hospedar e gerir sites. Fornece ainda um sistema de mensagens (webmail), gestão de subdomínios e oferta de base de dados com características específicas em cada pacote;

Virtual Privete Server (VPS) – disponibilização de servidores virtuais privados para alojamento, acessível via internet e providos de alto nível de segurança e de confiabilidade dos dados. O serviço permite a configuração e o controle do servidor, beneficiando de uma série de serviços associados como monitoramento, alta disponibilidade e acompanhamento técnico especializado;

Virtual Data Center (VDC) – disponibilização de recursos virtuais lógicos e isolados, desenhado para permitir o autoaprovisionamento e gestão dos recursos de computação através da internet, podendo ser utilizado consoante a necessidade;

Backup – realização de cópias de segurança de dados que permite, a qualquer momento, aceder e recuperar os dados de um momento anterior.

Bundled – Office Automation

Compreende aplicativos disponibilizados às Câmaras Municipais e ao INPS, ascendendo a mCVE 34 935 e mCVE 3 600 (2021: mCVE 21 721 e mCVE 3 600), respetivamente, e a outras entidades.

Housing

Consiste em serviços de alojamento de servidores, de modo seguro, prestados ao Banco de Cabo Verde e à ECOWAS *Commission* nos montantes de mCVE 7 200 e mCVE 4 082, respetivamente (2021: mCVE 7 200 e mCVE 4 082).

Consultorias

Compreendem, essencialmente, os serviços de consultoria prestados (i) ao Ministério das Finanças, no valor de mCVE 4 538 (2021: mCVE 4 393) nas áreas de *Database on SQL Server, PowerPivot, Reporting Services, Analysis Services, SharePoint Server e Power BI*, e para implementação de práticas de Sistema de Gestão de Segurança de Informação de tecnologias de informação, no valor de mCVE 6 647, a Proempresa, no valor de mCVE 2 734 referente a consultoria na área de desenvolvimento ecossistemas e inovação de base tecnológica, e estruturação e seguimento da equipa da Cabo Verde Digital.

Em 2021 compreendia, essencialmente, serviços de consultoria prestados ao Instituto de Inovação e Conhecimento no valor de mCVE 3 917 referente a manutenção de infraestrutura, plataformas e Sistemas para prevenção e correção de falhas, a Proempresa, no valor de mCVE 2 734 referente a consultoria na área de desenvolvimento ecossistemas

e inovação de base tecnológica, e estruturação e seguimento da equipa da Cabo Verde Digital.

Outros

Compreende, essencialmente, ao serviço de *Managed Services* (mCVE 11 368), correspondente ao serviço de suporte *Helpdesk* para apoio na resolução de problemas com os serviços contratados.

Em 2021, o saldo incluía, o valor por faturar ao INPS (mCVE 8 244) referente ao período de janeiro a agosto de 2021, ao serviço de *Managed Services* (mCVE 7 316), correspondente ao serviço de suporte *Helpdesk* para apoio na resolução de problemas com os serviços contratados.

SAAS – Software As A Service

Compreende, essencialmente, mCVE 10 823 (2021: mCVE 12 181) referente a disponibilização de plataformas para alojamento de soluções e-GOV as Câmaras Municipais.

Nota 15 – Subsídios À Exploração

	mCVE	
	2022	2021
Ministério das Finanças		
Licenças da Microsoft	141 067	78 310
Aluguer de Circuitos à CV Telecom	93 292	76 561
Serviços de internet da CV Multimédia	47 723	44 098
	<u>282 082</u>	<u>198 969</u>
Projetos		
Digital Cabo Verde	51 745	
WebLab	1 921	
	<u>53 666</u>	
DGEFPEP		
Mentoria - Valor destinado ao NOSi		10 133
Bolsa de estudos aos estagiários	20 474	11 265
Renda do NOSi Akademia		2 020
Gastos diversos com estagiários		8 700
	<u>20 474</u>	<u>32 117</u>
	<u>356 222</u>	<u>231 086</u>

Os Subsídios à Exploração concedidos pelo Estado (Ministério das Finanças) e pela Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP) destinam-se a compensar, total ou parcialmente, os seguintes gastos, registados em Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 17) e Gastos com o pessoal (ver Nota 18):

Nota 16 – Fornecimentos E Serviços Externos

O detalhe do valor escriturado na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é o seguinte:

	mCVE	
	2022	2021
Rendas e alugueres	163 051	119 586
Royalties	169 423	133 201
Comunicação	128 379	113 521
Eletricidade	45 828	33 303
Deslocações e estadas	27 809	5 642
Trabalhos especializados	20 014	54 691
Outros fornecimentos e serviço	8 169	5 099
Vigilância e segurança	4 632	5 079
Limpeza, higiene e conforto	3 300	3 236
Honorários	4 226	3 584
Publicidade e Propaganda	3 703	3 312
Despesas Com Serviços Bancários	3 692	
Transporte de Pessoal	3 543	
Seguros	3 164	
Contencioso e Notariado	2 715	
Conservação e reparação	2 531	7 288
Trabalhos executados no exterior		152
Outros, inferiores a mCVE 2 500	6 690	10 430
	600 870	498 125

Rendas e alugueres

O saldo compreende, essencialmente, rendas das instalações (a) do *Data Center*, propriedade do Estado, (b) da sede da Entidade e (c) da NOSi Akademia, nos montantes de mCVE 153 345 (ver Nota 15), mCVE 5 291 e mCVE 2 400 (2021: mCVE 110 965, mCVE 5 292 e mCVE 2 400), respetivamente.

Comunicação

O saldo compreende, essencialmente, fornecimentos de circuitos, serviços IP e taxa de utilização de frequências fornecidos pela CVTelecom e CV Multimédia, nos montantes de mCVE 81 123, mCVE 41 498 e mCVE 1 426 (2021: mCVE 66 574, mCVE 38 346, mCVE 2 947), respetivamente, os quais são parcialmente subsidiados pelo Ministério das Finanças (ver Nota 16).

Royalties

Compreendem essencialmente, as licenças adquiridas a Microsoft e a SoftwareOne, relativamente ao pacote Microsoft 365 (mCVE 141 067), a licenças adquiridas a VisionWare, relativamente a Solução de Segurança Corporativa *Endpoint Protection* (mCVE 12 035), a licença adquirida a WSO2, relativamente as licenças do software WSO2 (mCVE 5 934), entre outras licenças diversas.

Eletricidade

Compreendem, essencialmente, o consumo de eletricidade no *Data Center*, nos concentradores e na sede, nos montantes de mCVE 37 050, mCVE 6 018 e mCVE 1 644 (2021: mCVE 26 925, mCVE 4 574 e mCVE 1 318 respetivamente).

Trabalhos especializados

Compreende, essencialmente, em consultoria no âmbito do desenvolvimento do Sistema do IVA de São Tomé e Príncipe no valor de mCVE 10 852.

Em 2021 compreendiam, essencialmente, gastos com licenciamento *Commvault* (mCVE 13 741), fornecida pela ActiveSys, modernização da Infraestrutura Tecnológica do Ministério das Finanças (mCVE 13 044) fornecida pela TEI, desenvolvimento e implementação aplicacional da solução de autenticação e Assinatura Digital (mCVE 12 886) fornecida pela Open Soft.

Deslocações e Estadas

Compreende, essencialmente, gastos com deslocações, alojamentos e ajudas de custos, no âmbito da implementação do Sistema de Gestão Integrado do Tribunal de Contas em Angola no valor de mCVE 16 724.

Nota 17 – Gastos Com O Pessoal

	mCVE	
	2022	2021
Ordenados e salários	243 478	237 416
Remuneração dos órgãos sociais	10 404	10 596
Encargos sobre remunerações	42 915	42 858
Outros gastos com o pessoal	30 074	42 650
	326 871	333 520
Número médio de empregados	195	225

Os outros gastos com o pessoal incluem, essencialmente mCVE 12 223 (2021: mCVE 20 188) relativos a complementos e gratificações de salário concedidos aos Diretores, Project *Manager*, Chefes das Divisões e Team Leaders das áreas de projeto, mCVE 7 429 (2021: 8 685 mCVE) referentes a subsídios de estágio concedidos no âmbito do projeto NOSiAkademia em parceria com a PriceWaterhouseCoopers (PWC) e com a VisionWare, os quais foram subsidiados por estas entidades, (iii) mCVE 891 (2021: mCVE 6 805) de gastos com formação.

Nota 18 – Outros Rendimentos E Ganhos

Compreendem, essencialmente, a compensação dos juros do exercício referentes ao empréstimo contraído junto da CECV, no montante de mCVE 11 801 (2021: mCVE 13 443) (ver Nota 23), uma vez que os mesmos são assumidos pelo Ministério das Finanças (ver Nota 11), e mCVE 7 034 referentes a diferença de câmbio.

Nota 19 – Outros Gastos E Perdas

Decompõem-se como segue:

	mCVE	
	2022	2021
Correções relativas a períodos anteriores	1 505	3 785
Imposto de selo	1 642	1 751
Taxas	6 349	282
Efeito do valor descontado das Dívidas das Câmaras Municipais	21 625	24 423
Diferenças de Câmbio	8 724	2 346
Outros Não Especificados	3	
Donativos		145
	39 849	32 732

Os outros gastos e perdas, correspondem essencialmente, mCVE 21 629 (2021: mCVE 24 423) relativamente ao efeito da atualização do valor da dívida das Câmaras Municipais, no qual foi concedido um prazo máximo de 72 meses para liquidação dos mesmos. Em 2022 procedeu-se a atualização da dívida para as Câmaras Municipais da Praia e de São Vicente, na sequência da assinatura de novos acordos de pagamento.

Nota 20 – Gastos/Reversões De Depreciação E De Amortização

Compreendem as depreciações do exercício dos ativos fixos tangíveis e as amortizações do exercício dos ativos intangíveis, nos montantes de mCVE 14 228 e mCVE 11 262 (2021: mCVE 11 103 e mCVE 11 232), respetivamente (ver Notas 3 e 4).

Nota 21 – Juros E Perdas Similares Suportados

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, juros de financiamentos bancários, no montante de mCVE 13 768 (2021: mCVE 13 815) (ver Notas 11 e 19).

Nota 22 - Garantias

Não existiam, à data do balanço, quaisquer garantias prestadas pela Entidade.

Os financiamentos bancários obtidos encontram-se garantidos por carta conforto do Estado de Cabo Verde (ver Nota 11).

Nota 23 - Partes Relacionadas

Os principais saldos e transações ocorridas em 2022 e 2021 entre a Entidade e o Estado de Cabo Verde (Ministério das Finanças) e a Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais, resumiram-se nos quadros seguintes (em mCVE):

	2022							
	Balanço				Transações			
	Cientes	Outras Contas a receber	Outras contas a pagar	Diferimentos	Forn. e serv. Externos	Prestação de serviços	Subsídio a exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
	(ver Nota 5)	(ver Nota 8)	(ver Nota 13)	(ver Nota 14)	(ver Nota 17)	(ver Nota 15)	(ver Nota 16)	(ver Nota 19)
Ministério das Finanças DGEFPEP	25 451	230 760			153 345	305 779	215 803	
	25 451	230 760			153 345	305 779	215 803	

	2021							
	Balanço				Transações			
	Cientes	Outras Contas a receber	Outras contas a pagar	Diferimentos	Forn. e serv. Externos	Prestação de serviços	Subsídio a exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
	(ver Nota 5)	(ver Nota 8)	(ver Nota 13)	(ver Nota 14)	(ver Nota 17)	(ver Nota 15)	(ver Nota 16)	(ver Nota 19)
Ministério das Finanças DGEFPEP	20 565	230 760			110 965	265 598	198 969 32 117	11 021
	20 565	230 760			110 965	265 598	231 086	11 021

- (i) Não existem transações com os Administradores.

Nota 24 – Responsabilidades E Compromissos Financeiros Não Incluídos No Balanço

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências além das referidas nas Notas anteriores.

Nota 25 – Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

As remunerações dos membros de órgãos de sociais e dos auditores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, decompõem-se como segue (em mCVE):

	mCVE	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conselho de administração	10 404	10 596
Órgão de fiscalização	360	360
Auditores	<u>1 725</u>	<u>1 220</u>
	<u>12 489</u>	<u>12 176</u>

Nota 26 - Outras Informações Sobre A Aplicação Do Regime Do Acréscimo

Ver Notas 7 e 15.

Nota 27 – Eventos Subsequentes

Não são conhecidos factos que tenham ocorrido após 31 de dezembro de 2022 que possa influenciam de forma significativa nas contas apresentadas ou que justifique a sua menção.



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA

(Presidente do Conselho de Administração)



MAYRA SUELY SANTOS SILVA

(Administradora Executiva)



LUMUMBA FERNANDES BARBOSA

(Administrador Executivo)



EDEMILSON ROSARIO MENDES ALVES

(Diretor de Finanças, Planeamento e Relações Internacionais)



ÉRICA SOLANGE LOPES LIMA

(Chefe de Divisão de Finanças, Contabilidade e Património)



ARLINDO FERREIRA LIMA

(Técnico Oficial de Contas)

PARTE IV – PARECER ÀS CONTAS

Parecer do Fiscal Único sobre as Contas do NOSI E.P.E. - 2022

Exmo. Senhor Acionista do NOSI, E.P.E.,

I. Introdução

Em cumprimento do disposto do n.º1 do artigo 222º, conjugado com o disposto no n.º3 do artigo 223º do Código das Sociedades Comerciais e do mandado conferido, compete ao Fiscal Único (FU) emitir o relatório anual sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do Núcleo Operacional da Sociedade de Informações, Entidade Pública Empresarial (NOSI, E.P.E.), conforme previsto no artigo 32º dos Estatutos do NOSI, aprovados pelo Decreto-lei nº13/2014.

II. Responsabilidades

Conforme referido na alínea c), nº 2 do art.º 18 dos referidos estatutos, compete ao Conselho de Administração (CA), elaborar os relatórios de atividades e demais instrumentos de prestação de contas e submeter à aprovação da tutela.

A responsabilidade do FU consiste em analisar o relatório de contas e relatório de Gestão e verificar a consistência e adequação dos pressupostos incluídos nas contas acima referido, competindo ao FU emitir um parecer profissional e independente.

III. Âmbito

O trabalho realizado teve como objetivo a apreciação do Relatório de Gestão, das Atas disponíveis das reuniões dos órgãos de gestão e verificação das contas do NOSI, E.P.E. em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Balanço, as Demonstrações de Resultados, Demonstração de Fluxo de caixa e Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, bem como as respetivas Notas Explicativas para o exercício findo naquela data.

IV. Parecer

O Fiscal Único procedeu às verificações que entendeu necessárias, tendo solicitado e obtido esclarecimentos dos (i) Auditores Independentes e (ii) do Conselho de Administração e/ou colaboradores relativamente às contas do NOSI, E.P.E. e relativos à implementação das principais decisões da Administração.

Tendo em conta os exames e análises efetuados, e conforme consta no Relatório de Auditores Independentes, foi averiguado que as demonstrações financeiras e as correspondentes notas anexas, exceto (i) as dívidas de entidades públicas e autarquias, que não foram objeto de análise de imparidade, pese embora cerca de mCVE 552 000 apresentarem antiguidade superior a um ano e (ii) o saldo relativo ao IVA a recuperar que consta na rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" de aproximadamente mESC 19.401, que foi, após pedido de reembolso do NOSI, EPE, revertido para pagamento de mESC 176.720 por parte da Autoridade Fiscal e que ainda vai ser contestado, permitem uma

adequada compreensão da situação económico-financeira do NOSI, E.P. E., dos seus Resultados, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa.

Face ao exposto, o parecer é favorável que a Assembleia Geral aprove:

- (i) Relatório de Gestão;
- (ii) Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Anexas;
- (iii) Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2022.

V. Outros

O FU salienta que os relatórios referentes ao fecho do ano, têm um prazo de entrega (31 de maio do ano seguinte a que se referem) para aprovação da superintendência e disponibilização ao Tribunal de Contas sob pena de coimas por não cumprimento do prazo de entrega.

Por último, o Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e aos colaboradores do NOSI E.P.E. pela colaboração prestada no exercício das suas atribuições.

Praia, 05 de junho de 2023

O Fiscal Único,



Líver Lima Canuto

Membro da OPACC (Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde)

Cédula nº 523

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos - mECV)

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do NOSI - Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.130.950 mECV e um total de capital próprio de 272.343 mECV, incluindo um resultado líquido de 35.350 mECV), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referida nos parágrafos 1 e 2 na seção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto ao efeito da matéria referida no parágrafo 3 da mesma seção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NOSI - Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, E.P.E. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Bases para a opinião com reservas

1. O balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2022 inclui saldos a receber de “Clientes” no montante de, aproximadamente, 672.874 mECV, líquido de perdas por imparidade acumuladas no montante de aproximadamente 57.889 mECV (2021: 574.810 mECV, líquido de perdas por imparidade acumuladas no montante de aproximadamente 57.889 mECV). A rubrica inclui dívidas vencidas com antiguidade significativa não ajustada, referente a entidades públicas e autarquias, no montante de, aproximadamente, 551.962 mECV, sendo que uma parte deste montante, refere-se a entidades relativamente às quais não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos, representando cerca de 327.267 mECV do montante global, e relativamente às quais ainda se encontram em curso ações internas de análise da respetiva recuperabilidade, não se encontrando reunidas todas as condições que permitam concluir sobre a recuperação destes saldos.
2. O balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2022 inclui na rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos”, o montante de, aproximadamente, 20.000 mECV relativo ao saldo de IVA a receber. Em junho de 2022 a entidade procedeu ao pedido de reembolso de IVA no montante de 19.401 mECV, relativo ao período de janeiro de 2017 a junho de 2022, conforme descrito na nota 6. Na sequência deste pedido, a entidade foi notificada no dia 13 de maio de 2023, pela Autoridade Fiscal, determinando que o pedido não merece provimento, efetuando adicionalmente uma correção ao montante de IVA a pagar declarado no período em apreço no montante de 196.121 mECV, e apurando um montante líquido a pagar ao Estado de 176.720 mECV. A Entidade está a analisar e a preparar a contestação à referida notificação, estando ainda dentro do prazo legal para o fazer. Na falta da referida informação não nos é possível concluir sobre os efeitos do assunto acima mencionado, nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2022.
3. Conforme referido na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade opera com uma licença da ORACLE adquirida em 2016 por 168.491 milhares de Escudos Cabo Verdianos - mECV, tendo sido totalmente amortizada ao longo dos exercícios de 2016 a 2018. Consideramos que a referida licença é perpétua, portanto, com vida útil indefinida, não estando, por isso, sujeita a amortização, pelo que o Ativo intangível e os Resultados transitados encontram-se subavaliados em 168.941 mECV.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo.

Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accounts (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

Chamamos à atenção para o facto das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para efeitos comparativos, terem sido auditadas por outro Auditor, cujo Relatório de Auditoria, datada de 18 de julho de 2022, contém duas reservas, sendo as duas aplicáveis ao corrente exercício e similares às descritas nos parágrafos 1 e 3, da seção “Bases para opinião com reservas”. As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, foram por nós examinados apenas na extensão considerada necessária para suportar a emissão do nosso Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o Relatório de Gestão

O Conselho de Administração é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o relatório de gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia e fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação aí constante é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre o relatório de gestão, concluirmos que existe distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Praia, 31 de maio de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Entidade registada na OPACC
Representada por:



Rui Abel Serra Martins
ROC n.º 1119